



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA
(Parte 1 – Conhecimentos Gerais)

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – GESTÃO TRIBUTÁRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

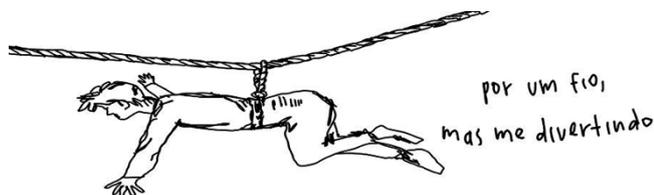
Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a charge.



(Estela May, "Péssimas influências". *Folha de S.Paulo*, 26.07.2023)

Com a informação "mas me divertindo", prioriza-se na charge a ideia de

- (A) aborrecimento.
- (B) descontentamento.
- (C) perplexidade.
- (D) entretenimento.
- (E) parcimônia.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 12.

Empreendedores culturais são o futuro que não demora

Há algo de bonito e triste que sempre me chama atenção na letra de *Fórmula Mágica da Paz*, dos Racionais MC's. Na letra, dizem que o espaço onde viviam nos anos 90 era como um campo minado, cheio de problemáticas estruturais. Mesmo assim, eles não desistiram de encontrar uma saída, uma solução. De lá para cá, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade.

O país, que foi marcado pela colonização e conflitos diversos, é palco de características únicas que atravessam e reverberam até os dias de hoje tanto nas vivências como na expressão artística da população preta e pobre. Em 2019, enquanto prestava mentorias com OPreta para empreendedoras negras e indígenas a convite da Feira Preta, aprendi a usar uma expressão que define bem essa gana por sobrevivência, esse jeitinho brasileiro de não desistir nunca: a *sevirologia*, arte de se virar e achar uma solução para tudo.

O empreendedor cultural, assim como o empreendedor social, não busca somente resultados financeiros, mas também resultados com missão social-cultural. Esse empreendedor observa oportunidades, ou seja, onde o Estado atua de maneira desigual e insuficiente, lá está esse empreendedor investindo recursos financeiros ou não para realização de atividades que fomentem o bem-viver, a educação e formação de cidadãos.

De acordo com pesquisa da Unesco, antes da pandemia, segmentos culturais e criativos tinham previsão de gerar R\$ 43,7 bilhões para o Produto Interno Bruto (PIB) até 2021. Entretanto, conforme indicaram os resultados da Pesquisa da FGV, os setores de economia criativa, com atividades do setor cultural, estão entre os mais prejudicados pela recente crise sanitária.

Felizmente, não é difícil afirmar que há uma crescente positiva em relação às expressões artísticas empreendedoras e autônomas, em diferentes formatos, não só musicais. Vemos celulares simples como trampolins para pessoas saírem do anonimato e protagonizarem suas narrativas cotidianas, a exemplo disso destaco a Fernanda Souza (@correrua) e Jef Delgado (@jefdelgado), diretores criativos e fotógrafos que alcançaram grandes marcas e símbolos relevantes para a cultura nacional e internacional.

É possível que a associação não seja automática, mas acredito que pertencemos a uma geração que responde ao tempo. Refletimos o passado e desfrutamos, no presente, de direitos conquistados. Peço licença aos meus mais velhos para citar a ideologia de Sankofa, ao retornar ao passado ressignificamos o presente e construímos o futuro. E em minha opinião, no futuro, empreendedores culturais serão inevitáveis e contundentes para a sustentação da economia do país, talvez do mundo.

(Leila Evelyn dos Santos, "Empreendedores culturais são o futuro que não demora". *Folha de S.Paulo*, 28.07.2023. Adaptado)

02. O título do texto permite entender corretamente que é

- (A) inviável a transformação social-cultural pelos empreendedores culturais.
- (B) incompreensível o papel dos empreendedores culturais na sociedade.
- (C) iminente a presença transformadora dos empreendedores culturais no país.
- (D) flagrante a coerção social frente aos avanços dos empreendedores culturais.
- (E) paulatina a manutenção da economia com ajuda dos empreendedores culturais.

03. De acordo com a análise da autora, o conceito de "sevirologia" torna evidente que

- (A) os grupos marginalizados socialmente buscam espaço na sociedade contemporânea, e isso ocorre porque ainda as pessoas convivem com problemas que eram comuns nos anos 90.
- (B) a busca por sobrevivência tornou a vida um grande desafio nos centros urbanos, e isso vem se acentuando atualmente, criando uma situação provavelmente impensada nos anos 90.
- (C) a representatividade de grupos negros e indígenas passa por uma redefinição na sociedade, e isso acontece porque hoje eles é que ditam a cultura social, diferentemente do cenário dos anos 90.
- (D) os bens culturais têm estado mais próximos da população graças aos empreendedores culturais, e isso tem revoltado alguns grupos, que recriam o cenário problemático dos anos 90.
- (E) o enfrentamento das injustiças sociais tornou-se possível com a mudança da mentalidade social-cultural das pessoas, e isso se reflete nas relações sociais, harmoniosas como nos anos 90.

04. De acordo com a autora, o papel dos empreendedores culturais é visto como uma missão
- (A) da Unesco que incentiva a economia criativa, como forma de reverter os prejuízos da classe artística após a pandemia.
 - (B) econômica que visa ao investimento intenso nas áreas deficitárias da sociedade nas quais a grande rentabilidade é certa.
 - (C) artística que tem como objetivo descobrir nomes influentes para colaborar em projetos sociais sem fins lucrativos.
 - (D) social que articula diferentes momentos culturais do país, conscientizando a população sobre a importância da arte.
 - (E) social-cultural que complementa lacunas deixadas pelo Estado de forma a garantir o bem-estar social à população.
05. Considere as passagens do texto:
- O país, que foi marcado pela colonização e conflitos diversos, é palco de características únicas que atravessam e **reverberam** até os dias de hoje... (2º parágrafo)
 - ... aprendi a usar uma expressão que define bem essa **gana** por sobrevivência... (2º parágrafo)
 - ... para realização de atividades que **fomentem** o bem-viver, a educação e formação de cidadãos. (3º parágrafo)
- Os termos destacados significam, correta e respectivamente:
- (A) permanecem; sonho; provoquem.
 - (B) influenciam; desejo; mantenham.
 - (C) repercutem; ímpeto; estimulem.
 - (D) importunam; impulso; cerceiem.
 - (E) indignam; pretensão; impulsionem.
06. A expressão destacada e empregada em sentido figurado, conferindo um valor positivo ao enunciado, está presente em:
- (A) ... lá está esse empreendedor investindo **recursos financeiros** ou não... (3º parágrafo)
 - (B) Vemos celulares simples **como trampolins** para pessoas saírem do anonimato... (5º parágrafo)
 - (C) O país, que foi marcado pela colonização e **conflitos diversos**... (2º parágrafo)
 - (D) ... mas acredito que pertencemos a uma geração que responde **ao tempo**. (6º parágrafo)
 - (E) ... dizem que o espaço onde viviam nos anos 90 era como um **campo minado**... (1º parágrafo)
07. No último parágrafo do texto, na passagem – **Peço licença** aos meus mais velhos para citar a ideologia de Sankofa... –, a expressão destacada confere ao enunciado sentido de
- (A) humor.
 - (B) respeito.
 - (C) submissão.
 - (D) desdém.
 - (E) ironia.
08. A regência verbal atende à norma-padrão em:
- (A) Você se empolga ou se opõe à ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
 - (B) Você entende ou se confunde com a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
 - (C) Você adere ou contesta a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
 - (D) Você detesta ou adora a ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
 - (E) Você concorda ou discorda da ideia que os Racionais MC's expressam na letra da música?
09. Na passagem do 5º parágrafo – ... não é difícil afirmar **que** há uma **crecente** positiva... –, os termos destacados pertencem, correta e respectivamente, às mesmas classes de palavras daqueles destacados em:
- (A) Espera-se **que** a **virada** cultural seja um momento de grande interação dos cidadãos.
 - (B) Os cidadãos **que** ajudaram a organizar o evento sabem da sua **imensa** importância.
 - (C) Durante o evento, foram apresentados novos grupos musicais, **que** embalaram a **noite**.
 - (D) **Que** fantástico poder contar com o **multiculturalismo**, sobretudo nas grandes cidades!
 - (E) É preciso perseverar para **que** atividades **culturais** sejam garantidas a toda a população.
10. O período do 1º parágrafo – De lá para cá, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade. – está reescrito em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal e de colocação pronominal em:
- (A) 30 anos são passados, de lá para cá, e ainda identifica-se pontos em comum com aquela realidade.
 - (B) Se passaram 30 anos, de lá para cá, e ainda se identifica pontos em comum com aquela realidade.
 - (C) De lá para cá, já foi 30 anos, e ainda identificam-se pontos em comum com aquela realidade.
 - (D) Passaram-se 30 anos, de lá para cá, e ainda se identificam pontos em comum com aquela realidade.
 - (E) Identifica-se ainda pontos em comum com aquela realidade, e se foram 30 anos, de lá para cá.

11. Assinale a alternativa em que a vírgula separa uma expressão explicativa.

- (A) **De lá para cá**, passaram-se quase 30 anos e ainda identificamos pontos em comum com aquela realidade.
- (B) ... o espaço onde viviam nos anos 90 era como um campo minado, **cheio de problemáticas estruturais**.
- (C) **Em 2019**, enquanto prestava mentorias com OPreta para empreendedoras negras e indígenas...
- (D) ... não busca somente resultados financeiros, **mas também resultados com missão social-cultural**.
- (E) **Entretanto**, conforme indicaram os resultados da Pesquisa da FGV, os setores de economia criativa...

12. Na passagem do 3º parágrafo – ... investindo recursos financeiros ou não **para** realização de atividades que fomentem o bem-viver... –, a preposição destacada exprime sentido de

- (A) direção, equivalendo a “com destino a”.
- (B) utilidade, equivalendo a “em proveito de”.
- (C) finalidade, equivalendo a “como o propósito de”.
- (D) propriedade, equivalendo a “adequados a”.
- (E) avaliação, equivalendo a “com relação a”.

13. Leia a tira a seguir.



(Bob Thaves, *Frank & Ernest*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos>, 28.07.2023. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão, a lacuna da tira deve ser preenchida com a frase:

- (A) Não estou perguntado à você sobre o tempo que o mundo todo está sujeito, a cujas regras ninguém pode ser opor
- (B) Não perguntei-lhe do tempo que o mundo todo está sujeito, em cujas regras as pessoas não podem se afastar
- (C) Não perguntei do tempo do qual todo mundo está sujeito, de cujas regras ninguém pode esquecer
- (D) Não o perguntei sobre o tempo no qual todo mundo está sujeito, à cujas regras ninguém pode se contrapor
- (E) Não estou perguntando do tempo ao qual o mundo todo está sujeito, de cujas regras ninguém pode fugir

Leia o texto para responder às questões de números 14 a 18.

Uma estatística

As crianças,
sem um tiro aliás,
e isso é que tornava o caso ainda mais espantoso,
morriam mais do que índios nos filmes norte-americanos,
e quando a gente acaso perguntava, para se mostrar atenciosos
“Quantos filhos a senhora tem, comadre?”
A comadre respondia, com ternura:
“Eu tenho quatro filhos e nove anjinhos.”

(Mario Quintana, *Da preguiça como método de trabalho*. 2013)

14. O poema retrata um problema social relacionado

- (A) à mortalidade infantil.
- (B) à influência cinematográfica.
- (C) à violência doméstica.
- (D) ao uso de armas de fogo.
- (E) ao abandono de crianças.

15. No poema, identifica-se uma interpelação ao interlocutor do eu lírico em:

- (A) e isso é que tornava o caso ainda mais espantoso.
- (B) e quando a gente acaso perguntava.
- (C) As crianças, / sem um tiro aliás.
- (D) “Quantos filhos a senhora tem, comadre?”
- (E) A comadre respondia, com ternura.

16. Nos versos – sem um tiro **aliás** – e – e quando a gente **acaso** perguntava, para se mostrar atenciosos –, os termos destacados exprimem, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) realce e modo.
- (B) correção e causa.
- (C) modo e dúvida.
- (D) realce e dúvida.
- (E) tempo e causa.

17. O plural em “norte-americanos” se dá pela mesma regra do plural do termo destacado em:

- (A) Moradores do bairro reclamam de cartazes ali espalhados de fundo **azul-celeste**.
- (B) Comprou uma camisa **azul-marinho** para participar da entrevista de emprego.
- (C) O menino **surdo-mudo** começou a estudar libras com um excelente professor.
- (D) Comprou uma gravata **verde-oliva**, pois combinaria com seu traje para o evento.
- (E) O mais antigo hospital da cidade agora está com o muro pintado de **verde-claro**.

18. Em conformidade com a norma-padrão, no verso – e quando a gente acaso perguntava, para se mostrar atenciosos –, substituindo-se “a gente” por “nós”, obtém-se:

- (A) e quando nós acaso perguntássemos, para mostrarmos-nos atenciosos.
- (B) e quando nós acaso perguntávamos, para nos mostrarmos atenciosos.
- (C) e quando nós acaso perguntamos, para se mostrar atenciosos.
- (D) e quando nós acaso perguntávamos, para se mostrarmos atenciosos.
- (E) e quando nós acaso perguntávamos, para mostrarmos-nos atenciosos.

Leia o texto para responder às questões de números 19 a 25.

Os rumos do Plano Diretor de SP

Desde 2020, a revisão do Plano Diretor de São Paulo divide urbanistas. Após a primeira votação na Câmara, há três semanas, a celeuma se espalhou pelo debate público paulistano. Isso é positivo. Cidadãos se responsabilizando por sua cidade são, por definição, a base de uma cidadania construtiva. Mas as emoções extremadas sugerem uma contaminação desastrosa das políticas urbanas pela política partidária.

O Plano vigente em São Paulo foi aprovado em 2014 para valer até 2029, com a meta de “reduzir as desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os distritos da cidade, o acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e a serviços urbanos”.

Como outras metrópoles nas Américas, o crescimento de São Paulo foi rápido, desordenado e orientado ao transporte individual. O resultado são as chamadas cidades 3D: distantes, desordenadas e desconectadas. Ao contrário da expansão típica dos EUA em subúrbios de classe média e baixa densidade, no Brasil prevaleceu a aglomeração de pessoas pobres nas periferias, de onde realizam longos deslocamentos em transportes públicos parcos e precários atrás de emprego, serviços e lazer no centro.

O Plano previu mais potencial construtivo e incentivos à construção para que espaços num raio de 600 metros das estações de metrô e numa margem de 300 metros dos corredores de ônibus sejam mais densos, verticalizados e de uso misto. A revisão propõe ampliar essas áreas, respectivamente, para 800 e 450 metros.

Assim, a revisão segue a proposta de “adensamento inteligente”. Longe de fazer terra arrasada do Plano, ela o amplia. Pode-se divergir se essa ampliação é mais ou menos inteligente, mas é estranho os críticos denunciarem o “caos” e a “destruição” a serviço da “voracidade” das incorporadoras. Se há essa voracidade, ela reflete o desejo dos cidadãos de morarem, trabalharem e se divertirem próximos uns aos outros, anseio que é a essência da cidade. A de São Paulo continua crescendo em população e renda. Construtores procuram atender a essa demanda onde for permitido, e, quanto maior a oferta, menor será o custo para viver na cidade.

É legítimo questionar a ideia do Plano de concentrar as ofertas nos eixos de transporte e, também, a ideia da revisão de ampliar essa concentração. Mas parece exagero, politicamente motivado, prever o “caos” se elas forem aprovadas. Pode-se discutir se 100 metros a mais ou a menos farão alguma diferença, mas o Plano, no seu conjunto, busca aproximar as pessoas da infraestrutura, dos serviços urbanos e dos equipamentos sociais, de modo a cumprir sua promessa de “reduzir as desigualdades socio-territoriais”.

(Opinião. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 26.06.2023. Adaptado)

19. Ao discutir a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo, o editorial considera que o debate público paulistano é

- (A) desejável, fortalecendo uma cidadania construtiva, que se fundamenta em políticas urbanas alinhadas às políticas partidárias, o que permite que se colbam emoções extremadas de grupo contrário a esse processo democrático.
- (B) frustrante, colocando em risco o surgimento de uma cidadania construtiva, porque as vozes contraditórias passam a criar discursos confusos, mistos de racionalidade e emoções exageradas, pouco preocupados com a cidade.
- (C) saudável, sinalizando uma cidadania construtiva, pois os cidadãos arregimentam para si a responsabilidade de zelar por sua cidade, excetuando-se, evidentemente, os contextos dominados pelas emoções extremadas.
- (D) preocupante, comprometendo o estabelecimento de uma cidadania construtiva, uma vez que as concepções dissonantes daqueles que defendem as mudanças previstas se revestem de uma racionalidade hermética e um saber unilateral.
- (E) positivo, criando as bases de uma cidadania construtiva, que se fortalece, sobretudo, com o equilíbrio, quando os discursos pautados pela emoção extrema se rendem à racionalidade de políticas urbanas conjugadas às políticas partidárias.

20. De acordo com o texto, a ideia de cidades 3D é aplicável no caso de São Paulo porque sua periferia caracteriza-se pela
- aglomeração de classe média, que eventualmente realiza deslocamentos em transportes públicos precários atrás de emprego, serviços e lazer nos grandes centros.
 - baixa aglomeração de pessoas pobres, que encontram no próprio lugar onde moram emprego, serviços e lazer, que também podem ser encontrados no centro.
 - semelhança com as zonas periféricas dos Estados Unidos, cujos subúrbios são de classe média e com baixa densidade, havendo total dependência dos grandes centros.
 - diferença com a expansão típica dos Estados Unidos, onde prevaleceu a aglomeração de pessoas pobres nas periferias, carentes de serviços básicos e empregos.
 - aglomeração de pessoas pobres, que realizam longos deslocamentos em transportes públicos parques e precários atrás de emprego, serviços e lazer no centro.
21. Um argumento utilizado no editorial para rebater o ponto de vista dos opositores da revisão do Plano Diretor de São Paulo é
- o crescimento da cidade, em população e renda.
 - a diminuição das desigualdades socioterritoriais.
 - a ânsia de lucros dos agentes construtores.
 - a fragilidade da ideia de adensamento inteligente.
 - o desejo de isolamento da maioria dos cidadãos.
22. Na argumentação desenvolvida no texto, o adjetivo destacado está empregado com conotação negativa em:
- ... se espalhou pelo debate **público** paulistano. (1º parágrafo)
 - ... **menor** será o custo para viver na cidade. (5º parágrafo)
 - O Plano **vigente** em São Paulo foi aprovado... (2º parágrafo)
 - ... em transportes públicos **parcos** e precários... (3º parágrafo)
 - É **legítimo** questionar a ideia do Plano... (6º parágrafo)
23. Na passagem – ... é estranho os críticos denunciarem o “caos” e a “destruição” a serviço da “voracidade” das incorporadoras. (5º parágrafo) –, o emprego das aspas nos três termos deve-se à
- ênfase do jornal para mostrar aquiescência com tais ideias.
 - incoerência do Plano Diretor, ao usar inadvertidamente tais palavras.
 - alusão a termos usados pelos críticos ao Plano Diretor de São Paulo.
 - citação de termos constantes no texto da revisão do Plano Diretor.
 - imprecisão das palavras empregados pela população da cidade.
24. A concordância nominal e a concordância verbal estão de acordo com a norma-padrão em:
- Posicionamentos favorável e desfavorável à revisão do Plano Diretor opõe parcelas consideráveis da população sobretudo quanto a questões socio-territoriais.
 - A maioria das mudanças polêmicas do Plano Diretor dispõem sobre concentração, que pretende ampliar ofertas próximas aos eixos de transporte na cidade.
 - De acordo com o Plano Diretor, é proibido a ampliação da concentração em áreas próximas a metrô e corredores de ônibus, mas isso pode ser alterado na revisão.
 - No entorno de São Paulo existe cidades que se pode classificar como 3D, considerando-se que são distantes, desordenadas e desconectadas do grande centro.
 - O trabalho e a residência próximo ao lazer pode ser uma forma de os cidadãos terem mais qualidade de vida, e isso pode ser conquistado com o Plano Diretor.
25. Quando se _____ um debate delicado como a revisão do Plano Diretor, é preciso esclarecer que, se algo _____ a ser discutido, é porque se aspira _____ redução das desigualdades socioterritoriais, garantindo _____ população acesso a equipamentos sociais, a infraestrutura e a serviços urbanos. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- media ... vier ... a ... a
 - medeia ... vir ... à ... a
 - medeia ... veem ... a ... à
 - medeia ... vier ... à ... à
 - media ... vir ... à ... à

MÉTODOS QUANTITATIVOS E RACIOCÍNIO LÓGICO

26. Um capital de \$25.000,00 foi aplicado durante 7 meses e rendeu juros (simples) de \$7.875,00. A taxa correspondente foi de

- (A) 3,5% a.m.
- (B) 5,0% a.m.
- (C) 5,5% a.m.
- (D) 5,75% a.m.
- (E) 4,5% a.m.

27. Um trabalhador do setor têxtil aplicou \$15.000,00 em um título de renda fixa com vencimento em 61 dias a uma taxa de 72% a.a. Qual foi o valor resgatado no final do período, sabendo que a taxa contratada é capitalização composta?

- (A) \$14.843,22
- (B) \$16.443,73
- (C) \$15.192,12
- (D) \$15.799,10
- (E) \$16.189,22

28. Sabendo que a taxa Selic, cuja fixação é feita pelo Copom (órgão do Banco Central), é igual a 13,75% ao ano e o IPCA/IBGE, projetado para 12 meses, corresponde a 5,12%, é correto afirmar que a taxa de juros real na economia brasileira é igual a

- (A) 8,21% a.a.
- (B) 2,33% a.a.
- (C) 1,14% a.a.
- (D) 5,30% a.a.
- (E) 8,63% a.a.

29. Uma duplicata no valor de \$28.800,00, com 4 meses para o seu vencimento, é descontada a uma taxa de 2,5% a.m., de acordo com o conceito de desconto composto por fora. O valor líquido creditado na conta e o valor do desconto concedido são, respectivamente:

- (A) \$24.233,55 e \$2.461,99
- (B) \$24.133,77 e \$2.398,12
- (C) \$26.026,21 e \$2.773,79
- (D) \$23.932,06 e \$1.870,88
- (E) \$23.622,91 e \$1.732,88

30. Um empréstimo de \$200.000,00 será pago mensalmente em 10 prestações com taxa de 8,5% a.m pelo sistema SAC. Por conta dessas informações, o valor do juros correspondente ao 5º pagamento será:

- (A) \$14.200,00
- (B) \$20.000,00
- (C) \$18.500,00
- (D) \$12.400,00
- (E) \$10.200,00

R A S C U N H O

31. Foram analisados 40 trabalhos de conclusão de curso (TCC). Em cada TCC contou-se o número de vezes que um certo livro da área foi citado, resultando na distribuição de frequências a seguir:

| Número de citações | Frequência |
|--------------------|------------|
| 0 | 4 |
| 1 | 14 |
| 2 | 10 |
| 3 | 10 |
| 6 | 1 |
| 10 | 1 |

Calcule a média, a mediana e a moda do número de citações do livro. Some as três medidas. O resultado é:

- (A) 5.
(B) 12.
(C) 6.
(D) 8.
(E) 10.
32. A probabilidade de Fulano receber uma mensagem pelo canal A é 0,8; pelo canal B é 0,4; e por ambos os canais é 0,5. Qual é a probabilidade de Fulano receber uma mensagem de, pelo menos, um dos canais?
- (A) 1,00.
(B) 0,70.
(C) 0,32.
(D) 0,90.
(E) 0,88.
33. Pelas ocorrências do passado, avalia-se que a probabilidade de se encontrar um erro contábil em certo tipo de processo é igual a 0,8. Se chegam cinco processos desse tipo e supondo que o fato de um processo ter algum erro contábil não altera a probabilidade de outros terem algum erro contábil (independência entre os eventos), calcule a probabilidade de se encontrar dois ou mais processos com erros contábeis nesse lote de cinco processos.
- O valor dessa probabilidade é:
- (A) 0,20000.
(B) 0,88242.
(C) 0,80000.
(D) 0,99328.
(E) 0,72000.

34. A seguir é apresentada uma amostra aleatória simples de cinco observações do par de variáveis aleatórias (X, Y):

| x | y |
|---|---|
| 1 | 8 |
| 2 | 6 |
| 3 | 4 |
| 4 | 2 |
| 5 | 0 |

Para essa amostra, o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson é igual a

- (A) 0,5.
(B) -0,5.
(C) 0.
(D) -1.
(E) 1.
35. Para se comparar dois métodos de ensino (A e B) dividiu-se, aleatoriamente, uma turma de estudantes em dois grupos. Um grupo foi submetido ao método A e o outro grupo ao método B, sem interação entre os estudantes. Ao término do período, todos os estudantes foram submetidos a uma prova individual sobre a matéria ensinada no período. O objetivo é testar se estudantes submetidos ao método A tendem a ter, em média, melhores desempenhos na prova do que estudantes submetidos ao método B. Supondo que as distribuições de desempenho na prova, em ambos os grupos, tenham distribuições normais de igual variância, um teste estatístico apropriado para esse caso é:
- (A) Teste t para amostras pareadas.
(B) Teste de homogeneidade qui-quadrado.
(C) Teste t para amostras independentes.
(D) Teste de duas proporções.
(E) Teste de independência qui-quadrado.
36. Considere a seguinte afirmação: "Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades acima de 20 anos ou são casados".
- Uma negação lógica para a afirmação apresentada está contida na alternativa:
- (A) Existe trabalhador da empresa Alfa que tem idade abaixo ou igual a 20 anos e não é casado.
(B) Nenhum trabalhador da empresa Alfa tem idade acima de 20 anos ou é casado.
(C) Existe trabalhador da empresa Alfa que tem idade abaixo ou igual a 20 anos ou não é casado.
(D) Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades abaixo ou igual a 20 anos e não são casados.
(E) Todos os trabalhadores da empresa Alfa têm idades abaixo ou igual a 20 anos ou não são casados.

37. Considere falsa a afirmação “Sandro é funcionário público e Roberta é profissional liberal” e verdadeira a afirmação “Se Sandro é funcionário público, então Roberta é profissional liberal”.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) verdade que Roberta é profissional liberal.
- (B) verdade que Sandro é funcionário público.
- (C) falsidade que Sandro é funcionário público.
- (D) falsidade que Roberta é profissional liberal.
- (E) verdade que Sandro e Roberta são funcionários públicos.

38. Na sequência numérica 1, 2, 3, 2, 3, 4, 3, 4, 5, 4, 5, 6, 5, ..., o primeiro elemento é o número 1. Mantida a regularidade da sequência, o centésimo quadragésimo quarto elemento da sequência é o número

- (A) 47.
- (B) 51.
- (C) 48.
- (D) 49.
- (E) 50.

39. Cada nota de R\$ 50,00, R\$ 100,00 e R\$ 200,00 está no interior de um envelope, na cor verde, cinza ou branca. Dirce, Hugo e Valter sabem em qual envelope está cada nota e afirmaram o seguinte:

Dirce: A nota de R\$ 200,00 está no envelope na cor cinza.

Valter: No envelope na cor verde não está a nota de R\$ 200,00.

Hugo: No envelope na cor branca não está a nota de R\$ 50,00.

Sabendo-se que apenas um deles está mentindo, é correto afirmar que as notas de R\$ 50,00, R\$ 100,00 e R\$ 200,00, nessa ordem, estão, respectivamente, nos envelopes nas cores

- (A) cinza, verde e branca.
- (B) branca, verde e cinza.
- (C) cinza, branca e verde.
- (D) branca, cinza e verde.
- (E) verde, branca e cinza.

40. Lorena, Elisa, Raquel e Mariana têm 27, 33, 42 e 45 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada uma delas tem um veículo de marcas distintas, sendo elas A, B, C e D, e reside em cidades também distintas, sendo elas Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que a que tem a maior idade tem veículo da marca B e não reside em São Bernardo e, tampouco, em São Caetano; Lorena é mais nova do que Raquel, não tem veículo da arca D e reside em Santo André; a mais nova do grupo reside em São Bernardo e tem veículo da marca A; Mariana não tem veículo da marca D e é mais velha que Lorena e que Raquel.

Assinale a alternativa que associa corretamente essas pessoas às suas idades, aos seus veículos, ou às cidades em que residem.

- (A) Raquel tem 33 anos.
- (B) Mariana reside em São Caetano.
- (C) Lorena tem veículo da marca C.
- (D) Lorena tem 42 anos.
- (E) Raquel reside em Santo André.

R A S C U N H O

41. A imunidade tributária constitui uma das limitações ao poder de tributar e veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

- (A) cobrem tributos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (B) instituem tributos sobre os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (C) cobrem tributos sobre templos de qualquer culto e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- (D) instituem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros e das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às dela decorrentes.
- (E) instituem tributos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, inclusive na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

42. A competência tributária consiste na parcela do poder de tributar, atribuída pelo Poder Constituinte aos entes tributantes, assim entendidos a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A respeito da competência tributária, é correto afirmar que

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, embora investidos pela Constituição Federal, dependem da autorização de lei federal para exercê-la.
- (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência tributária própria, conforme discriminada pela Constituição Federal, mas poderão deixar de exercê-la, haja vista que seu exercício é facultativo.
- (C) os Municípios, na medida em possuem apenas competência legislativa suplementar, dependerão da prévia autorização legislativa da Constituição do Estado ao qual pertencem, para que possam exercer sua competência tributária.
- (D) o Distrito Federal, por possuir competência tributária cumulativa, é autorizado pela Constituição Federal a exigir os mesmos impostos tributados pela União.
- (E) os Estados poderão delegar parte de sua competência tributária aos Municípios para atender às particularidades desses em casos autorizados pela Constituição Federal.

43. Tratando-se de imposto novo, e, portanto, ainda não previsto no texto constitucional, é correto afirmar que a competência tributária para sua instituição será

- (A) da União que poderá instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de sua competência residual.
- (B) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências privativas.
- (C) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei ordinária, no âmbito de suas, respectivas, competências concorrentes.
- (D) de qualquer dos entes tributantes que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências exclusivas.
- (E) da União, dos Estados e do Distrito Federal que poderão instituí-lo, por lei complementar, no âmbito de suas, respectivas, competências privativas.

44. Segundo o regramento constitucional, no que se refere às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, é correto afirmar que

- (A) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação e também sobre a importação de bens ou serviços.
- (B) incidirão sobre bens ou serviços cujo destinatário seja pessoa jurídica, não podendo a pessoa natural ser equiparada para esse fim.
- (C) terão alíquotas *ad valorem* tendo por base a unidade de medida adotada na exportação e na importação de bens ou serviços.
- (D) incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de bens ou serviços e não incidirão sobre a importação de serviços.
- (E) poderão ter alíquotas *ad valorem* tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.

45. No que se refere ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), é correto afirmar que

- (A) no caso de o promitente vendedor do imóvel ser o próprio município, a imunidade de que este goza exonera o promitente comprador de pagar o imposto.
- (B) incide sobre imóveis localizados em zona urbana ou urbanizável, assim definida em lei municipal, desde que exista, pelo menos, escola primária a uma distância mínima de 5 quilômetros do imóvel considerado e aterro sanitário.
- (C) a incidência do imposto sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no Código Tributário Nacional, para fins da exigência do imposto.
- (D) incide sobre imóveis localizados em zona urbana, assim entendida a definida em lei municipal, desde que exista, pelo menos, aterro sanitário e posto de saúde a uma distância mínima de 3 quilômetros do imóvel considerado.
- (E) a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, nele considerado o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

46. Considerando a situação hipotética na qual determinado município faça publicar lei instituindo uma taxa para custear os serviços de iluminação pública, adotando em sua base de cálculo um dos elementos da base de cálculo própria do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e considerando que referida lei entrará em vigor a partir de 20 de janeiro do ano seguinte àquele em que a lei for publicada, é correto afirmar que a exação será
- (A) constitucional, visto que a norma instituidora atendeu plenamente aos princípios jurídicos tributários.
 - (B) inconstitucional, pois o serviço público prestado não é específico nem divisível, de modo a configurar fato gerador de taxa.
 - (C) constitucional, visto que os Municípios e o Distrito Federal têm competência para instituir tributo para o custeio de serviços de iluminação pública.
 - (D) inconstitucional, porque esse tipo de serviço não pode ser remunerado mediante taxa.
 - (E) constitucional por ser admissível a adoção, na base de cálculo das taxas, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
47. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que, por força de disposição constitucional,
- (A) por afronta ao princípio da capacidade contributiva, não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - (B) não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade constitucional sejam apenas locatárias do imóvel.
 - (C) suas alíquotas não poderão ser diferenciadas de acordo com a localização e uso do imóvel.
 - (D) tem, como única possibilidade de progressividade, o não atendimento à função social da propriedade, conforme definida no plano diretor do município.
 - (E) tem, como sujeitos passivos subsidiários, o proprietário, o possuidor e o locatário do imóvel.
48. A atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a imunidade conferida às entidades de educação sem fins lucrativos incide sobre quaisquer bens, patrimônio ou serviços de tais instituições, desde que vinculados às suas atividades essenciais, tendo natureza
- (A) subjetiva.
 - (B) objetiva.
 - (C) mista.
 - (D) *sui generis*.
 - (E) complexa.
49. O princípio da anterioridade impede que os entes tributantes cobrem tributos, ressalvados aqueles que a própria Constituição específica, no mesmo exercício financeiro em que façam publicar a lei que institua ou majore tais tributos.
- Deve observância obrigatória ao referido princípio o
- (A) empréstimo compulsório, instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - (B) imposto sobre produtos industrializados (IPI).
 - (C) imposto predial e territorial urbano (IPTU).
 - (D) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).
 - (E) imposto extraordinário de guerra.
50. Acerca do imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis – (ITBI), ocorrendo a consolidação da propriedade em razão do inadimplemento do devedor fiduciante, é correto afirmar, com base na jurisprudência doSTJ, que
- (A) nas operações diretas, sem intermediação de instituição financeira, incide sobre a compra e venda entre vendedor e comprador e não sobre a constituição da garantia, assim, se a garantia é executada em razão do inadimplemento do fiduciante, não há novo fato gerador do imposto.
 - (B) na transferência de imóvel pela compra e pela venda feitas com alienação fiduciária, há incidência do imposto em razão da compra e venda, mas não há incidência do imposto sobre o direito real de garantia oriundo do pacto acessório de alienação fiduciária, porquanto legalmente excetuado como hipótese de incidência, motivo pelo qual a operação inversa também não caracteriza hipótese de incidência do imposto.
 - (C) nessa operação, embora haja fato gerador do imposto, não haverá pagamento, porque se trata de transmissão do direito real de garantia, que é hipótese de exclusão tributária constitucionalmente qualificada.
 - (D) nessa operação, não há transferência de propriedade, posto que previamente ela já foi dada em garantia pelo devedor fiduciante ao credor fiduciário, como consequência do pacto acessório de alienação fiduciária, motivo pelo qual eventual nova cobrança do imposto caracterizará bitributação, vedada constitucionalmente.
 - (E) quando a propriedade se consolida em nome do credor fiduciário, por causa do inadimplemento do devedor fiduciante, ocorre novo fato gerador, conforme definido na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, consubstanciado na efetiva transferência do direito real, em sua plenitude, em favor do credor e, por esse motivo, incide o imposto.

51. De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, acerca da legislação tributária, assinale a alternativa na qual constam duas normas complementares.
- (A) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
 - (B) As leis complementares e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia executiva.
 - (C) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia executiva e os decretos que versem sobre tributos.
 - (D) Os decretos que versem sobre tributos e os convênios que entre si celebrem a União e os Estados.
 - (E) Tratados e convenções internacionais e decretos que versem, no todo ou em parte, sobre tributos.
52. De acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a assertiva correta no que se refere à vigência da legislação tributária.
- (A) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor na data de sua publicação.
 - (B) Entram em vigor na data de sua publicação os dispositivos de lei que reduzem ou extinguem isenções.
 - (C) Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra sua publicação.
 - (D) A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária, com as ressalvas previstas no Código Tributário Nacional, rege-se pelas disposições aplicáveis às normas jurídicas de Direito financeiro e orçamentário.
 - (E) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham o Código Tributário Nacional ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
53. No tocante à aplicação da legislação tributária, estabelece o Código Tributário Nacional que a lei aplica-se ao ato ou fato pretérito
- (A) em qualquer caso, desde que seja mais favorável ao acusado por infração à legislação tributária.
 - (B) tratando-se de ato definitivamente julgado quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
 - (C) em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
 - (D) tratando-se de ato definitivamente julgado quando deixe de defini-lo como infração.
 - (E) tratando-se de ato definitivamente julgado quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
54. Na interpretação e na integração da legislação tributária, conforme autoriza o Código Tributário Nacional, utilize-se, exceto para definição dos respectivos efeitos tributários, para pesquisa da definição do conteúdo e do alcance de seus institutos, os princípios gerais de Direito
- (A) Público.
 - (B) Privado.
 - (C) Administrativo.
 - (D) Financeiro.
 - (E) Orçamentário.
55. Determina o Código Tributário Nacional que, na sucessão empresarial, o sucessor, continuando a respectiva exploração, responderá pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.
- No que se refere às multas moratórias e punitivas, a responsabilidade tributária do sucessor
- (A) é inaplicável ao sucessor, visto que tanto as multas moratórias quanto as punitivas decorrem da mora ou de infração praticadas pelo sucedido até a data da sucessão, o que lhe impõe as consequências advindas da responsabilidade pessoal.
 - (B) abrange os tributos e a multa moratória devida em razão do atraso do pagamento dos tributos pelo sucedido, mas não as punitivas que decorrem de infrações contra a legislação tributária às quais se impõe a responsabilidade pessoal do sucedido.
 - (C) é inaplicável por falta de permissivo legal que a autorize, visto que, de acordo com o Código Tributário Nacional, a responsabilidade tributária só se impõe em virtude de lei.
 - (D) abrange, além dos tributos devidos pelo sucedido, as multas moratórias ou punitivas, que, por representarem dívida de valor, acompanham o passivo do patrimônio adquirido pelo sucessor, desde que seu fato gerador tenha ocorrido até a data da sucessão.
 - (E) é aplicável aos tributos e às multas moratórias, desde que já inscritas à época da sucessão, posto ser imprescindível o prévio lançamento de ofício para esse fim e inaplicável às multas punitivas que, por decorrerem de infrações contra a legislação tributária, impõem a responsabilidade pessoal ao sucedido.

56. Acerca do direcionamento da execução fiscal contra sócios e administradores de sociedade executada com fundamento na dissolução irregular e na respectiva responsabilidade tributária daqueles, é correto afirmar, de acordo com o entendimento das Cortes Superiores, que:
- (A) quando fundado na dissolução irregular da sociedade ou na presunção de sua ocorrência, o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra sócio ou terceiro não sócio que exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, independentemente de incorrer na prática de atos com excesso de poderes, embora dela tenha se retirado regularmente, sem dar causa à dissolução irregular.
 - (B) para que seja autorizado o redirecionamento da execução fiscal contra sócio ou terceiro não sócio, é suficiente o inadimplemento do tributo e a ausência de bens da sociedade que possam garantir a execução, independentemente de estar dissolvida ou não, e que um ou outro estivesse exercendo a gerência na data da ocorrência do fato gerador não adimplido, por autorização expressa do Código Tributário Nacional no que se refere à responsabilidade de terceiros.
 - (C) o inadimplemento da obrigação tributária gera, por si só, a responsabilidade de seus sócios e administradores, autorizando o redirecionamento da execução fiscal contra eles, independentemente da dissolução ou não da sociedade, seja ela regular ou irregular.
 - (D) o redirecionamento da execução fiscal pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que, configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não pago, conforme autoriza o Código Tributário Nacional.
 - (E) a presunção da dissolução irregular da sociedade, por deixar de funcionar em seu domicílio fiscal, sem a devida comunicação aos órgãos competentes, não comporta prova em contrário, autorizando, de plano, o redirecionamento da execução fiscal contra seus sócios e administradores.
57. Os serviços públicos, a fim de justificarem a cobrança da espécie tributária denominada taxa, de acordo com o que dispõe o Código Tributário Nacional, consideram-se
- (A) utilizados potencialmente pelo contribuinte, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
 - (B) utilizados potencialmente pelo contribuinte, quando por ele usufruídos a qualquer título.
 - (C) utilizados efetivamente pelo contribuinte, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
 - (D) divisíveis, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades pública.
 - (E) específicos, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos usuários.
58. Recentemente, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu teses relativas à base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão onerosa de Bens Imóveis e direitos a eles relativos (ITBI).
- Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas teses.
- (A) A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens imóveis, utilizado no cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme determinado pelo Código Tributário Nacional, na medida em que foi recepcionado pela Constituição Federal em caráter de lei complementar.
 - (B) O município pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral, por se tratar de imposto de sua competência.
 - (C) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza de presunção condizente com o valor de mercado, não podendo ser afastada pelo fisco mediante instauração de processo administrativo próprio.
 - (D) Cabe ao Congresso Nacional estabelecer, por decreto legislativo, a base de cálculo do imposto e ao Senado Federal suas alíquotas máximas e mínimas.
 - (E) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação.
59. Na repartição das receitas tributárias, pertencem aos Municípios 25% da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), sendo certo que as parcelas dessa receita serão creditadas de acordo com os critérios previstos constitucionalmente, sendo _____%, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas ao ICMS ocorridas em seus territórios e até _____%, de acordo com o que dispuser a lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.
- Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) 65 ... 35
 - (B) 25 ... 75
 - (C) 35 ... 65
 - (D) 30 ... 70
 - (E) 75 ... 25

60. Com a ocorrência do fato gerador tributário, surge, entre o sujeito ativo e passivo, o vínculo obrigacional ao qual se denomina obrigação tributária.
- Acerca das modalidades de obrigação tributária, é correto afirmar que
- (A) a obrigação principal decorre das normas complementares tributárias e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas, no interesse da arrecadação e fiscalização de tributos.
 - (B) a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo, enquanto que o objeto da acessória é o pagamento de multa, razão pela qual são obrigações independentes.
 - (C) a obrigação acessória depende da prévia existência de uma obrigação principal, sem a qual seu surgimento se inviabiliza.
 - (D) embora seus objetos sejam distintos, extinta a obrigação principal, extingue-se a obrigação acessória, porque a primeira é o fundamento de validade da segunda.
 - (E) o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.
61. Conforme assegurado pelo Código Tributário Nacional, o crédito tributário goza de garantias e privilégios que lhes são próprios. A respeito dos privilégios que, assim, lhe são conferidos, é certo que o crédito tributário na falência
- (A) prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar.
 - (B) é considerado concursal quando decorrente de fatos geradores ocorridos no curso do processo da falência.
 - (C) não prefere aos créditos com garantia real, no limite do bem gravado e a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
 - (D) prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, respeitados apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
 - (E) prefere aos créditos decorrentes do acidente do trabalho, podendo a lei estabelecer limites e condições para a preferência dos decorrentes da legislação do trabalho.
62. Movida ação de execução fiscal em face de João Maduro para cobrança da dívida pública no valor de R\$ 150.000,00 e cujo credor é a Fazenda Pública do Município de São Paulo, necessária a citação de João para que pague a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garanta a execução, observadas as normas da Lei nº 6.830/1980.
- Ocorre que João, encontrando-se ausente do País, deverá ser citado por
- (A) edital, com prazo de 30 dias.
 - (B) edital, com prazo de 60 dias.
 - (C) carta rogatória, com prazo de 90 dias.
 - (D) edital, com prazo de 15 dias.
 - (E) carta rogatória, com prazo de 30 dias.
63. Determina a Lei nº 6.830/1980 que à Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária
- (A) civil e financeira.
 - (B) civil e penal.
 - (C) administrativa e financeira.
 - (D) civil e comercial.
 - (E) administrativa e penal.
64. O Código Tributário Nacional estabelece a ordem sucessiva que deve ser utilizada pela autoridade competente para, na ausência de disposição expressa, aplicar a legislação tributária, caso em que, seguindo a referida ordem, deverá utilizar em terceiro lugar
- (A) os princípios gerais de direito público.
 - (B) a analogia.
 - (C) a equidade.
 - (D) os princípios gerais de direito tributário.
 - (E) os princípios gerais de direito constitucional.
65. No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que
- (A) sua finalidade é eminentemente fiscal, na medida em que o produto de sua arrecadação visa principalmente o abastecimento dos cofres públicos.
 - (B) poderá ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo dentro do mesmo exercício financeiro em que for exigível.
 - (C) possui como características principais a seletividade, a não-cumulatividade e a progressividade.
 - (D) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
 - (E) poderá ser objeto de lei isentante, mas não de imunidade específica.
66. Acerca das certidões, segundo a regência do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que é positiva, desprovida do efeito de negativa, a certidão que conste a existência de créditos
- (A) abrangidos pela concessão de moratória.
 - (B) inadimplidos, em curso de cobrança executiva, antes de realizada a citação do devedor.
 - (C) objeto de recurso, nos termos das lei reguladoras do processo tributário administrativo.
 - (D) discutidos em sede de mandado de segurança em que tenha sido concedida a liminar.
 - (E) vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora.

67. O Código Tributário Nacional, no que dispõe acerca da fiscalização tributária, impõe o denominado “sigilo fiscal”, vedando a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou seus servidores, de informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, que tenham obtido em razão do ofício.

Nesse sentido, é

- (A) vedada a divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- (B) permitida a divulgação de informação relativa a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa física.
- (C) vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- (D) permitida a divulgação de informações sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades do sujeito passivo ou de terceiros.
- (E) permitida a divulgação de informação relativa a parcelamento ou moratória.

68. Embora a Constituição Federal confira imunidade específica ao imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI), é certo que essa não terá aplicação quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. Com base no que dispõe o Código Tributário Nacional a esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade preponderante é caracterizada quando até 50% da receita bruta do adquirente, nos 3 anos anteriores e nos 5 anos subsequentes à aquisição, decorrer de atividades de compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (B) A atividade preponderante é caracterizada quando até 50% da receita operacional do adquirente, nos 3 anos anteriores e nos 5 anos subsequentes à aquisição, decorrer de atividades de compra e venda de bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) Verificada a preponderância da atividade, de acordo com os critérios estabelecidos no Código Tributário Nacional, o imposto será devido, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.
- (D) Caso o adquirente inicie suas atividades após a aquisição, ou menos de 3 anos antes dela, a preponderância da atividade será apurada levando-se em conta os 5 primeiros anos seguintes à aquisição.
- (E) A preponderância da atividade do adquirente será considerada no caso de a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos ser realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio do alienante.

69. De acordo com o que estabelece a Constituição, o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas títulos ou valores mobiliários (IOF), devido na operação de origem à alíquota mínima de 1%, assegurada a transferência do montante da arrecadação ao Município de origem no percentual de

- (A) 50%.
- (B) 20%.
- (C) 70%.
- (D) 25%.
- (E) 10%.

70. De acordo com a lei complementar federal que disciplina o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), é correto afirmar que o referido imposto incide sobre

- (A) o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (B) os serviços de transporte intermunicipal quando a prestação envolva o fornecimento de mercadorias.
- (C) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (D) os serviços prestados que caracterizam atividade-meio para atingir atividades-fins, no caso a exploração de telecomunicações.
- (E) as exportações para o exterior do País, incluindo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

71. Tendo por base os enunciados das Cortes Superiores, no que concerne ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto sobre serviços incide sobre os depósitos, as comissões e taxas de desconto, cobrados pelos estabelecimentos bancários.
- (B) O ISS não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.
- (C) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, não é prestação de serviço, sujeitando-se apenas à incidência do ICMS.
- (D) O ISS não incide sobre o valor de serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.
- (E) No tocante à base de cálculo, o ISSQN incide apenas sobre a taxa de agenciamento quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de intermediação, devendo, entretanto, englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de fornecimento de mão de obra.

- 72.** No que se refere ao abuso de formas no planejamento tributário, é correto afirmar que
- (A) caracteriza fraude fiscal, ainda que não pressuponha dolo, e gera multa qualificada.
 - (B) precede a ocorrência do fato gerador e gera multa simples.
 - (C) caracteriza sonegação fiscal, pressupõe dolo e gera multa simples.
 - (D) fica caracterizado após a ocorrência do fato gerador e gera multa qualificada.
 - (E) é considerado evasão fiscal, pressupõe dolo e gera multa qualificada.
- 73.** Prevista no Código Tributário Nacional, é causa que está relacionada ao crédito tributário, abrangendo exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede e não se aplicando às situações discriminadas pelo Código Tributário Nacional, podendo, ainda, ser concedida em caráter geral ou limitadamente. Trata-se de
- (A) remissão, como causa de extinção do crédito tributário.
 - (B) moratória, como causa de suspensão do crédito tributário.
 - (C) isenção, como causa de exclusão do crédito tributário.
 - (D) anistia, como causa de exclusão do crédito tributário.
 - (E) transação, como causa de extinção do crédito tributário.
- 74.** O Prefeito de determinado Município atualiza monetariamente em 3%, por meio de decreto publicado em maio de 2022, a base de cálculo da planta genérica de valores, para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a ser exigido em 2023. Na situação hipotética, sabendo-se que, no ano de 2022, a inflação oficial foi de 5,8%, é correto afirmar que a medida adotada é
- (A) inconstitucional, porque há ofensa ao princípio da legalidade.
 - (B) ilegal por afronta ao dispositivo do Código Tributário Nacional que exige lei para regular a matéria.
 - (C) válida, porque o Município pode atualizar a base de cálculo por decreto, em percentual inferior ao índice oficial de correção monetária.
 - (D) ofensiva ao princípio da legalidade e também ao da anterioridade.
 - (E) válida, porque o município pode alterar, por decreto, a base de cálculo do imposto por não se tratar de matéria sujeita à reserva legal.
- 75.** Tratando-se de lançamento da modalidade por homologação, é correto afirmar que
- (A) o crédito estará constituído após ulterior homologação por parte do Fisco em razão de sua competência privativa para realizar o lançamento.
 - (B) estando o crédito definitivamente constituído, não mais estará sujeito à revisão de ofício.
 - (C) é modalidade de lançamento que não admite a possibilidade de homologação pelo decurso do tempo.
 - (D) é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
 - (E) a entrega da declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
- 76.** A Lei Complementar nº 123/2006, ao disciplinar o tratamento diferenciado para a microempresa e para empresas de pequeno porte, determina que a atribuição de apreciar a necessidade de revisão dos valores nela expressos cabe
- (A) ao Comitê Gestor do Simples Nacional.
 - (B) à Secretaria da Receita Federal.
 - (C) à Superintendência do Simples Nacional.
 - (D) ao Tribunal de Contas da União.
 - (E) à Superintendência da Receita Federal.
- 77.** De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que
- (A) o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista, observadas as condições estabelecidas na referida lei complementar, poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
 - (B) o MEI constituído na forma de *startup* poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional, em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês.
 - (C) o desenquadramento do empresário individual como microempresa implicará alteração ou restrição em relação a contratos por ela anteriormente firmados.
 - (D) o instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a legalização de pequenos e médios empresários, cuja formalização tem caráter eminentemente econômico e fiscal.
 - (E) poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei complementar as pessoas jurídicas constituídas sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo.

78. No tocante à fiscalização do cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional, bem como à verificação da ocorrência das hipóteses previstas na Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar que

- (A) o valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento indireto pela autoridade que realizou a fiscalização.
- (B) a competência para o exercício da atividade de fiscalização é exclusiva da Secretaria da Receita Federal, tendo em vista se tratar de obrigações estabelecidas por lei complementar federal.
- (C) a competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.
- (D) às Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados é vedado celebrar convênios com os Municípios de sua jurisdição com a finalidade de atribuir a estes a função fiscalizatória, por se tratar de competência privativa dos referidos órgãos.
- (E) na hipótese de ocorrência de prestação de serviços, sujeita ao ISS por estabelecimento localizado no Município, é indispensável a celebração de convênio entre este e a Secretaria das Finanças do Estado em que estiver localizado, sob pena de nulidade de eventual autuação.

79. No que se refere ao acesso aos mercados, a Lei Complementar nº 123/2006 assegura nas licitações, como critérios de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou, até o percentual que estabelece, superiores à proposta mais bem classificada. Na modalidade Pregão, o intervalo percentual será de até _____ superior ao melhor preço.

Nos termos da lei, completa, corretamente, a lacuna o percentual de

- (A) 10%
- (B) 5%
- (C) 15%
- (D) 20%
- (E) 50%

80. Nos termos que autoriza a Lei Complementar nº 123/2006, a sociedade de propósito específico

- (A) não terá direito a créditos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional na aquisição de bens destinados por ela à exportação.
- (B) poderá ser integrada por pessoas jurídicas, desde que ao menos uma delas seja optante pelo Simples Nacional.
- (C) apurará o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas com base no lucro presumido.
- (D) deverá apurar a Cofins e a Contribuição para o PIS/PASEP de modo cumulativo.
- (E) poderá exercer atividade vedada às microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que optantes pelo Simples Nacional.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA
(Parte 2 – Conhecimentos Específicos)

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – GESTÃO TRIBUTÁRIA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

01. Assinale a alternativa correta quanto ao incidente de resolução de demandas repetitivas.

- (A) Para a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, deve-se verificar a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito ou o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
- (B) A desistência ou o abandono do processo impedem o exame de mérito do incidente.
- (C) O pedido de instauração do incidente será dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Tributos pelo contribuinte interessado ou parte interveniente.
- (D) Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos e quaisquer casos futuros que versem sobre idêntica questão de direito.
- (E) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

02. Para fins de apuração do valor do Imposto Predial Urbano do Município de São Paulo, calcula-se:

- (A) a razão de 1,0% sobre o valor venal do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, considerando-se de uso residencial a vaga de garagem não pertencente a estacionamento comercial, localizada em prédio utilizado exclusiva ou predominantemente como residência.
- (B) a razão de 1,0% sobre o valor de mercado do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, considerando-se de uso residencial a vaga de garagem não pertencente a estacionamento comercial, localizada em prédio utilizado exclusiva ou predominantemente como residência.
- (C) a razão de 1,5% sobre o valor de mercado do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, exceptuando-se a área de vaga de garagem, localizada em prédio utilizado exclusiva ou predominantemente como residência.
- (D) a razão de 1,0% sobre o valor de mercado do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, considerando-se de uso residencial a vaga de garagem não pertencente a estacionamento comercial, localizada em prédio utilizado exclusiva ou predominantemente como residência.
- (E) a razão de 1,5% sobre o valor venal do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência, considerando-se de uso residencial a vaga de garagem não pertencente a estacionamento comercial, localizada em prédio utilizado exclusiva ou predominantemente como residência.

03. O Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de direitos reais incide, dentre outras hipóteses, sobre:

- (A) a permuta e a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital.
- (B) o usufruto e o mandato em causa própria quando outorgado para o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel.
- (C) a remição e a enfiteuse.
- (D) a compra e venda e a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda.
- (E) a dação em pagamento e a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por pacto de melhor comprador.

04. Para fins de apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), como regra geral, serviço considera-se prestado e o imposto devido no local:

- (A) do domicílio do prestador.
- (B) do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
- (C) da praça de pagamento do serviço.
- (D) onde o serviço é prestado.
- (E) onde está hospedado o sítio da rede internacional de computadores, nos serviços prestados à distância.

05. O Triângulo SP é uma área no Centro do Município de São Paulo na qual se objetiva desenvolver um polo singular de atratividade social, cultural e turística que demanda ações articuladas do Poder Público para sua preservação e vitalidade. Assinale a alternativa que apresenta um dos incentivos que podem ser concedidos pelo Poder Público àqueles que comprovadamente estiverem capacitados a colaborar para o alcance desses objetivos.

- (A) Redução para 3% (três por cento) na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), relativos aos serviços mencionados pelo regulamento aplicável, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (B) Redução para 2,5% (dois vírgula cinco por cento) na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), relativos aos serviços mencionados pelo regulamento aplicável, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (C) Desconto de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao imóvel, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (D) Isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da entrada em vigor da Lei isentante.
- (E) Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao imóvel, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da entrada em vigor da Lei isentante.

- 06.** Considere um imóvel de uso exclusivamente residencial, localizado no Município de São Paulo, com valor venal de R\$150000,00 e valor de mercado de R\$350000,00. Nesse caso, após a apuração do Imposto Predial Urbano do Município, incidirá:
- (A) desconto de 0,1 sobre o valor apurado.
 - (B) acréscimo de 0,1 sobre o valor apurado.
 - (C) desconto de 0,3 sobre o valor apurado.
 - (D) acréscimo de 0,3 sobre o valor apurado.
 - (E) nenhum acréscimo ou decréscimo.
- 07.** Para efeitos de incidência da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos, o conceito de estabelecimento é o local:
- (A) público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde são exercidas atividades listadas na lei Municipal de modo permanente.
 - (B) privado, edificado, próprio ou de terceiro, onde são exercidas atividades listadas na lei Municipal de modo permanente.
 - (C) público ou privado, edificado, próprio ou de terceiro, onde são exercidas atividades listadas na lei Municipal de modo permanente ou temporário.
 - (D) privado, edificado, próprio ou de terceiro, onde são exercidas atividades listadas na lei Municipal de modo permanente ou temporário.
 - (E) público ou privado, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde são exercidas atividades listadas na lei Municipal de modo permanente ou temporário.
- 08.** Um determinado imóvel foi concedido em garantia de alienação fiduciária a instituição financeira vinculado a um financiamento. Nesse caso, é correto afirmar que:
- (A) não incidirá Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais sobre a constituição e a extinção da propriedade fiduciária, quando a consolidação da propriedade plena ocorrer a favor do devedor fiduciante em virtude do adimplemento da dívida garantida.
 - (B) incidirá Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais tanto sobre a constituição como sobre a extinção da propriedade fiduciária, pois se trata de uma compra e venda com reserva de domínio.
 - (C) não incidirá Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais na constituição da propriedade fiduciária, mas incidirá sobre sua extinção quando a consolidação da propriedade plena ocorrer a favor do devedor fiduciante em virtude do adimplemento da dívida garantida.
 - (D) incidirá Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais sobre a constituição da propriedade fiduciária, mas não sobre sua extinção, quando a consolidação da propriedade plena ocorrer a favor do devedor fiduciante em virtude do adimplemento da dívida garantida.
 - (E) incidirá Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais sobre a constituição da propriedade fiduciária do imóvel e na volta ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda.
- 09.** No que se refere à lista de serviços para incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), é correto afirmar que se trata de lista:
- (A) de rol taxativo, limitando a incidência tributária às situações específicas, sem possibilidade de interpretação extensiva, norteando-se pelo princípio da segurança jurídica.
 - (B) taxativa, mas que comporta inserção por decreto municipal de mais hipóteses de incidência tributária.
 - (C) taxativa, mas que comporta interpretação extensiva, para abarcar outros serviços correlatos àqueles ali previstos expressamente.
 - (D) meramente exemplificativa, sendo possível abarcar outros serviços além daqueles expressamente constantes dela.
 - (E) exemplificativa, que comporta inserção por decreto municipal de mais hipóteses de incidência tributária.
- 10.** O Conselho Municipal de Tributos é responsável pela apreciação de processos administrativos fiscais em
- (A) segunda instância, sendo constituído por, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 6 (seis) Câmaras Julgadoras, compostas, cada uma, por 6 (seis) Conselheiros, sendo 3 (três) representantes da Prefeitura do Município de São Paulo e 3 (três) representantes dos contribuintes.
 - (B) primeira e segunda instâncias, sendo constituído por, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 6 (seis) Câmaras Julgadoras, compostas, cada uma, por 6 (seis) Conselheiros, sendo 3 (três) representantes da Prefeitura do Município de São Paulo e 3 (três) representantes dos contribuintes.
 - (C) primeira e segunda instâncias, sendo constituído por 4 (quatro) Câmaras Julgadoras, compostas por servidores efetivos, integrantes das carreiras de Auditor-Fiscal Tributário e de Procuradores do Município.
 - (D) primeira e segunda instâncias, sendo constituído por, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 6 (seis) Câmaras Julgadoras, compostas, cada uma, por 6 (seis) Conselheiros, escolhidos dentre os servidores efetivos da Municipalidade de áreas contábeis.
 - (E) segunda instância, sendo constituído por 4 (quatro) Câmaras Julgadoras, compostas por servidores efetivos, integrantes das carreiras de Auditor-Fiscal Tributário e de Procuradores do Município.

11. No Município de São Paulo, um determinado terreno sem área construída pertence a um partido político regularmente inscrito. Sobre esse terreno, é correto afirmar que:
- (A) pode ser cobrado imposto territorial urbano, sendo aplicado percentual de 1,5% sobre o valor venal do imóvel, e desconto de 0,4% sobre o valor apurado.
 - (B) não pode ser cobrado imposto territorial urbano, pois o proprietário do terreno é um partido político imune.
 - (C) pode ser cobrado imposto territorial urbano, pois, embora o proprietário seja um partido político, não há qualquer edificação nele construída.
 - (D) pode ser cobrado imposto territorial urbano, pois a imunidade às propriedades de partidos políticos não se aplica a tributos municipais.
 - (E) não pode ser cobrado imposto territorial urbano, pois o proprietário do terreno é um partido político isento.
12. “É devida(o) em razão da atuação dos órgãos competentes do Executivo que exercem o poder de polícia, desenvolvendo atividades permanentes de controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, transportes, ordem ou tranquilidade públicas, relativamente aos estabelecimentos situados no Município, bem como atividades permanentes de vigilância sanitária.” Essa definição refere-se:
- (A) à Contribuição de melhoria.
 - (B) ao Imposto Predial e Territorial Urbano.
 - (C) à Taxa de Desenvolvimento de Área Urbana.
 - (D) à Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos.
 - (E) à Taxa de Fiscalização de Anúncios.
13. A Taxa de Fiscalização de Anúncios **NÃO INCIDE** quanto a anúncios:
- (A) instalados em locais de embarque e desembarque de passageiros.
 - (B) que não tenham cumprido quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.
 - (C) exibidos em centros comerciais ou assemelhados.
 - (D) expostos em áreas comuns ou condominiais.
 - (E) próprios colocados em instituições de educação.
14. Com relação à Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS), é correto afirmar que:
- (A) a definição de estabelecimento gerador de resíduos sólidos de serviços de saúde excetua aqueles que desenvolvam atividades de pesquisa na área da saúde.
 - (B) na hipótese de o contribuinte não declarar e não pagar a TRSS nos prazos devidos, a TRSS será lançada de ofício pela Prefeitura, na maior faixa de classificação específica vigente.
 - (C) o contribuinte da TRSS é o gerador de resíduos sólidos de saúde, seja ele o proprietário, possuidor ou titular de estabelecimento gerador de resíduos sólidos de serviços de saúde no Município de São Paulo.
 - (D) não são considerados fato gerador da TRSS os resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos geradores de resíduos sólidos de serviços de saúde quando decorrentes de animais.
 - (E) o cálculo da TRSS considera o enquadramento do estabelecimento em classificação específica, conforme a quantidade de resíduos sólidos efetivamente gerada.
15. Um imóvel para fins comerciais, localizado no município de São Paulo, é objeto de um Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, cuja posse direta é transmitida ao promitente comprador em 2020. Até os dias de hoje, o compromissário vendedor ainda consta no Registro de Imóveis como proprietário desse bem. Em caso de inadimplemento de pagamentos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo promitente comprador, referente ao exercício de 2021,
- (A) apenas o promitente comprador é legitimado para figurar no polo passivo em demandas relativas à cobrança do IPTU, sendo cabível direito de regresso em relação ao compromissário vendedor.
 - (B) o promitente comprador é legitimado para figurar no polo passivo conjuntamente com o proprietário, qual seja, aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis, em demandas relativas à cobrança do IPTU.
 - (C) o promitente comprador é legitimado para figurar no polo passivo em demandas relativas à cobrança do IPTU, sendo o proprietário, qual seja, aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis, subsidiariamente responsável pelo tributo.
 - (D) apenas o compromissário vendedor, qual seja, aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis, é legitimado para figurar no polo passivo em demandas relativas à cobrança do IPTU.
 - (E) apenas o promitente comprador é legitimado para figurar no polo passivo em demandas relativas à cobrança do IPTU.

- 16.** Perderá o mandato o Conselheiro pertencente ao Conselho Municipal de Tributos que
- (A) patrocinar, judicial ou extrajudicialmente, em qualquer matéria, interesses contrários aos do Município de São Paulo.
 - (B) receber quaisquer benefícios indevidos ou doações em função de seu mandato, em valor significativo, assim entendido, montantes ou bens avaliados em valor superior a 10000 (dez mil) Unidade Fiscal do Município (UFM).
 - (C) faltar a mais de 4 (quatro) sessões consecutivas ou 20 (vinte) alternadas, num período de 12 (doze) meses, salvo por motivo de doença, férias ou licença previsto em lei.
 - (D) omitir, sem justo motivo, o exame e o julgamento de processos.
 - (E) não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início do exercício fiscal.
- 17.** Determinada seguradora com sede no Município de Barueri intermedia serviços dos quais resultam comissões a corretores estabelecidos no Município de São Paulo. Sobre essa situação, é correto afirmar que:
- (A) o corretor deve efetuar o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), sendo a seguradora subsidiariamente responsável por tal recolhimento.
 - (B) tanto seguradora como corretor não são contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) junto ao Município de São Paulo.
 - (C) tanto seguradora como corretor são responsáveis solidários pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).
 - (D) a seguradora é responsável pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), devendo reter na fonte o seu valor.
 - (E) a seguradora não é responsável pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), devendo o corretor efetuar o pagamento do referido tributo.
- 18.** Uma determinada residência situada em bairro nobre do Município de São Paulo possui áreas cobertas, quadra poliesportiva, heliponto, terraço pavimentado descoberto e piscina. Para cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, a área construída bruta será obtida por meio das seguintes medições da situação fática do imóvel:
- (A) nas áreas cobertas, pelas medidas de seus contornos externos das paredes ou pilares; no terraço, nas quadras poliesportivas e no heliponto, pelas medidas de seus contornos externos; e na piscina, pelas medidas dos contornos internos de suas paredes.
 - (B) nas áreas cobertas e na piscina, pelas medidas de seus contornos internos das paredes ou pilares; no terraço, nas quadras poliesportivas e no heliponto, pelas medidas de sua projeção vertical sobre o terreno.
 - (C) nas áreas cobertas, pelas medidas de seus contornos externos das paredes ou pilares; no terraço, nas quadras poliesportivas, no heliponto e na piscina, pelas medidas de seus contornos externos.
 - (D) nas áreas cobertas e na piscina, pelas medidas de seus contornos internos das paredes ou pilares; no terraço, nas quadras poliesportivas e no heliponto, pelas medidas de seus contornos externos.
 - (E) nas áreas cobertas, pelas medidas de seus contornos externos das paredes ou pilares; no terraço, nas quadras poliesportivas e no heliponto, pelas medidas de sua projeção vertical sobre o terreno; e na piscina, pelas medidas dos contornos internos de suas paredes.
- 19.** Ficam isentos de pagamento da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos os
- (A) órgãos da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação aos estabelecimentos onde são exercidas as atividades vinculadas às suas finalidades essenciais; os estabelecimentos explorados no evento denominado "Festival de Inverno"; e o Microempreendedor Individual (MEI).
 - (B) estabelecimentos explorados no evento denominado "Festa da Primavera" e os profissionais autônomos que desenvolvam atividade que não exija formação específica.
 - (C) estabelecimentos explorados no evento denominado "Festa do Verde", o Microempreendedor Individual (MEI) e os profissionais autônomos que desenvolvam atividade que exija formação específica.
 - (D) estabelecimentos explorados no evento denominado "Festival de Inverno", o Microempreendedor Individual (MEI) e os participantes da denominada "Feira de Livros".
 - (E) órgãos da Administração Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação aos estabelecimentos onde são exercidas as atividades vinculadas às suas finalidades essenciais; o Microempreendedor Individual (MEI) e os profissionais autônomos que desenvolvam atividade que exija formação específica.

- 20.** A Contribuição de Melhoria, no Município de São Paulo, será arrecadada:
- (A) dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, considerando-se ocorrido o fato gerador na data de conclusão da obra.
 - (B) dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, considerando-se ocorrido o fato gerador no primeiro exercício fiscal posterior ao da data de conclusão da obra.
 - (C) dos proprietários de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, considerando-se ocorrido o fato gerador na data de conclusão da obra.
 - (D) dos proprietários de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, executadas pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, considerando-se ocorrido o fato gerador no primeiro exercício fiscal posterior ao da data de conclusão da obra.
 - (E) dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiados por obras de pavimentação de vias e logradouros públicos, incluindo aqueles ocupados pela Administração Indireta, considerando-se ocorrido o fato gerador na data de conclusão da obra.
- 21.** De acordo com as normas vigentes, sobre os prazos de tramitação dos processos administrativos fiscais, é correto afirmar que
- (A) serão contados em dias úteis, exceto nos casos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, hipótese na qual os prazos serão contados em dias corridos.
 - (B) serão contados em dias úteis e só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
 - (C) os prazos para apresentação de impugnação de auto de infração ficam suspensos entre os dias 20 (vinte) de dezembro a 1º (primeiro) de janeiro subsequente.
 - (D) os prazos para impugnação de notificação de lançamento serão contínuos, sem qualquer período de suspensão.
 - (E) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- 22.** Uma cinemateca localizada no Município de São Paulo, constituída sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos há dois anos, aplicando todos os recursos exclusivamente à manutenção de seus objetivos, pleiteia isenção do Imposto Predial Urbano para o imóvel onde se localiza a sala de projeção e para a sala de debates sobre as obras veiculadas. A esse respeito, é correto afirmar que:
- (A) a isenção é aplicável tanto ao espaço ocupado pela cinemateca como à sala de debates, e o requerimento anual do interessado, instruído com a documentação comprobatória das exigências normativas, deveria ser protocolado na unidade competente até o dia 30 de dezembro do exercício anterior.
 - (B) a isenção somente é aplicável ao espaço ocupado pela cinemateca, e o requerimento anual do interessado, instruído com a documentação comprobatória das exigências normativas, deveria ser protocolado na unidade competente até o dia 30 de dezembro do exercício anterior.
 - (C) não se aplica a isenção, pois a sociedade deveria estar constituída há mais de três anos. Nessa hipótese, a isenção seria aplicável tanto ao espaço ocupado pela cinemateca como à sala de debates.
 - (D) a isenção é aplicável tanto ao espaço ocupado pela cinemateca como à sala de debates, e o requerimento anual do interessado, instruído com a documentação comprobatória das exigências normativas, deveria ser protocolado na unidade competente até o dia 28 de fevereiro de cada exercício.
 - (E) não se aplica a isenção, pois a sociedade deveria estar constituída há mais de três anos. Nessa hipótese, a isenção seria aplicável apenas ao espaço ocupado pela cinemateca.

- 23.** Conforme normativo em vigor no Município de São Paulo, o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais não incide sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos. Essa regra não se aplica quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos. Assinale a alternativa que apresenta o critério para caracterizar a atividade preponderante referida na norma aplicável.
- (A) Mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no enunciado. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, levar-se-á em consideração os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
 - (B) Mais de 60% (sessenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 3 (três) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no enunciado. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 3 (três) anos antes dela, levar-se-á em consideração os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
 - (C) Mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no enunciado. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, levar-se-á em consideração os 4 (quatro) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
 - (D) Mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 3 (três) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no enunciado. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, levar-se-á em consideração os 4 (quatro) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
 - (E) Mais de 60% (sessenta por cento) da receita operacional do adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas no enunciado. Se o adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, levar-se-á em consideração os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.
- 24.** A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) é o preço do serviço, como tal considerada a
- (A) receita líquida a ele correspondente, efetuados os descontos ou abatimentos concedidos. Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será postergado o recolhimento do tributo até que seja definido.
 - (B) receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos. Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será postergado o recolhimento do tributo até que seja definido.
 - (C) receita líquida a ele correspondente, efetuados os descontos ou abatimentos concedidos. Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.
 - (D) receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, descontos ou abatimentos. Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.
 - (E) receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos. Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.
- 25.** Os imóveis revestidos de vegetação arbórea, declarada de preservação permanente ou perpetuada,
- (A) serão totalmente isentos de pagamento do Imposto Territorial Urbano.
 - (B) serão totalmente imunes ao pagamento do Imposto Territorial Urbano.
 - (C) terão um desconto de até 50% (cinquenta por cento) no Imposto Territorial Urbano, aplicado em consonância com o índice de área protegida, calculado pela divisão da metragem da área protegida do imóvel pela área total do imóvel.
 - (D) terão um desconto de até 100% (cem por cento) no Imposto Territorial Urbano, aplicado em consonância com o índice de área protegida, calculado pela divisão da metragem da área protegida do imóvel pela área total do imóvel.
 - (E) serão isentos de pagamento do Imposto Territorial Urbano, aplicando-se a isenção em consonância com o índice de área protegida, calculado pela divisão da metragem da área protegida do imóvel pela área total do imóvel.

- 26.** São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa de Fiscalização de Anúncios o
- (A) proprietário de espaço do bem imóvel, exceto nos casos em que o anúncio se refira à atividade por ele desenvolvida, como profissional autônomo, que exija formação específica.
 - (B) proprietário ou o cedente do bem móvel, exceto no caso de anúncio realizado por aparato sonoro.
 - (C) cedente de espaço em bem imóvel, exceto nos casos em que tal cessão ocorra a título gratuito.
 - (D) proprietário de espaço em bem imóvel; e os proprietários de um único veículo de aluguel dirigido por ele próprio e utilizado no transporte de passageiros e cargas especiais.
 - (E) locador de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.
- 27.** Um determinado funcionário da Municipalidade atuou por vários anos como Auditor Fiscal Tributário. A experiência angariada no período propiciou sua indicação para uma das Câmaras Julgadoras do Município de São Paulo. Um dos processos que lhe coube julgar referia-se a um caso no qual atuou no exercício da fiscalização direta do tributo. Nesse caso concreto:
- (A) caso haja algum requerimento solicitando que o funcionário se declare impedido, será analisado pela comissão julgadora concomitantemente ao curso da análise do processo.
 - (B) o funcionário deve se declarar impedido de ofício para atuar no julgamento desse processo.
 - (C) o funcionário não necessita declarar-se impedido, pois o processo está em fase de apreciação em segunda instância, e será julgado por uma câmara, e não por um único julgador.
 - (D) a apreciação de existência ou não de impedimento estará sujeita ao recebimento de petição de parte interessada, devidamente fundamentada e instruída.
 - (E) o funcionário não necessita declarar-se impedido, pois o fato de ter atuado na fiscalização do caso específico não compromete sua imparcialidade para o julgamento do processo.
- 28.** Para os efeitos dos normativos sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, vigentes no Município de São Paulo, assinale a definição correta.
- (A) Excesso de área, aquela que exceder a 2 (duas) vezes a área ocupada pelas edificações, no caso de imóvel situado na primeira subdivisão da zona urbana.
 - (B) Área de terreno não incorporada, aquela que exceder a 3 (três) vezes a área ocupada pelas edificações, no caso de imóvel situado na segunda subdivisão da zona urbana.
 - (C) Terreno de esquina, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, determinam ângulos internos inferiores a 105° (cento e cinco graus) e superiores a 45° (quarenta e cinco graus).
 - (D) Terreno de duas ou mais frentes, aquele que possui mais de uma testada para logradouros públicos, localizado na sua confluência.
 - (E) Terreno de fundo, aquele que, situado no interior da quadra, se comunica com a via pública por um corredor de acesso com largura igual ou inferior a 4 (quatro) metros.
- 29.** As infrações às normas relativas à Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSSS), sujeitam o infrator à várias penalidades. Quanto a esse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade e, a cada reincidência subsequente, aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior, acrescida de 10% (dez por cento) sobre o seu valor.
 - (B) No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, desde que capituladas em dispositivos legais diferentes.
 - (C) Se o autuado reconhecer a procedência do auto de infração, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, dentro do prazo para apresentação de defesa, o valor das multas será reduzido de 30% (trinta por cento).
 - (D) No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.
 - (E) Nas reincidências subsequentes, a infração será punida com o dobro da penalidade anterior, quando capitulada no mesmo dispositivo legal.

- 30.** No que se refere à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), assinale a alternativa correta.
- (A) Ainda que não haja faturamento emitido pela empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica para um determinado mês, a COSIP será devida, devendo ser cobrada na fatura imediatamente posterior.
 - (B) Contribuinte da COSIP é todo aquele proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel beneficiado pelo sistema de iluminação pública.
 - (C) A Prefeitura Municipal de São Paulo deverá manter e fornecer à concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica o cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da COSIP.
 - (D) A responsabilidade tributária da empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica não se aplica aos serviços de fornecimento de energia elétrica pelo sistema de pré-venda.
 - (E) O valor da COSIP será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária desse serviço, e corresponderá às medidas lineares das testadas dos imóveis beneficiados pela iluminação pública.
- 31.** Para fins da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), os condomínios edilícios presumem-se constituídos na data:
- (A) em que se verificar qualquer efetiva utilização, desde que a título não precário.
 - (B) em que se tornar possível a sua potencial utilização, para os fins a que se destina.
 - (C) do registro de sua especificação no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) informada pelo profissional responsável pela execução do serviço de execução de obras de construção civil.
 - (E) informada, pelo sujeito passivo do IPTU, como sendo a data de conclusão da edificação, na declaração de atualização de dados do imóvel.
- 32.** Assinale a alternativa correta para o caso de falta de recolhimento ou o recolhimento a menor do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de direitos reais, pelo sujeito passivo, nos prazos previstos em lei ou regulamento, no Município de São Paulo.
- (A) O valor devido sofrerá acréscimo de multa calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do imposto, até o limite de 10% (dez por cento), desde que não iniciado o procedimento fiscal.
 - (B) No caso de falsificação de documento, o imposto será exigido com o acréscimo de multa de 100% (cem por cento), calculada sobre o montante do débito apurado, sem prejuízo dos acréscimos.
 - (C) Haverá multa moratória equivalente a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando apurado o débito pela fiscalização.
 - (D) Serão cobrados juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento, que incidirão sobre o valor principal do imposto devido, atualizado monetariamente.
 - (E) Quando apurado, pela fiscalização, o recolhimento do imposto feito com atraso, sem a multa moratória, será o contribuinte notificado a pagá-la dentro do prazo de 10 (dez) dias, à razão de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido e atualizado.
- 33.** Os recursos nos processos administrativos fiscais serão apresentados ao órgão
- (A) que proferir a decisão contestada, por meio de petição escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão recorrida, para todos os recursos.
 - (B) julgador de segunda instância, por meio de petição escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão recorrida, para todos os recursos.
 - (C) julgador de segunda instância, por meio de petição escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão recorrida, exceto no caso do recurso de revisão, cujo prazo será de 30 (trinta) dias.
 - (D) que proferir a decisão contestada, por meio de petição escrita, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão recorrida, exceto no caso do recurso de revisão, cujo prazo será de 15 (quinze) dias.
 - (E) julgador de segunda instância, por meio de petição escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão recorrida, exceto no caso do recurso de revisão, cujo prazo será de 10 (dez) dias.

34. A falta de recolhimento ou o recolhimento a menor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), pelo prestador do serviço ou responsável, implicará a aplicação, de ofício, das seguintes multas de
- (A) 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor; ou de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço que: simular que os serviços prestados no Município De São Paulo tenham sido realizados por estabelecimento de outro Município; prestar serviço sem a devida inscrição no cadastro fiscal mobiliário, caso seja obrigado a fazê-lo.
 - (B) 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor; ou de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço que: simular que os serviços prestados no Município De São Paulo tenham sido realizados por estabelecimento de outro Município; prestar serviço sem a devida inscrição no cadastro fiscal mobiliário, caso seja obrigado a fazê-lo.
 - (C) 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor; ou de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço que: simular que os serviços prestados no Município De São Paulo tenham sido realizados por estabelecimento de outro Município; prestar serviço sem a devida inscrição no cadastro fiscal mobiliário, caso seja obrigado a fazê-lo.
 - (D) 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor; ou de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço que: simular que os serviços prestados no Município De São Paulo tenham sido realizados por estabelecimento de outro Município; prestar serviço sem a devida inscrição no cadastro fiscal mobiliário, caso seja obrigado a fazê-lo.
 - (E) 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor; ou de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido e não pago, ou pago a menor, pelo prestador do serviço que: simular que os serviços prestados no Município De São Paulo tenham sido realizados por estabelecimento de outro Município; prestar serviço sem a devida inscrição no cadastro fiscal mobiliário, caso seja obrigado a fazê-lo.
35. Na determinação do valor venal para fins de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**
- (A) custos de reprodução.
 - (B) as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.
 - (C) os padrões previstos para os tipos de edificação relativamente às construções.
 - (D) a faces de quadras relativamente aos terrenos.
 - (E) o valor dos bens imóveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de aformoseamento.
36. O Conselho Municipal de Defesa do Contribuinte (CMDC) tem como função atuar na defesa dos interesses dos contribuintes, na forma das normas aplicáveis. Com relação a esse tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Os membros do CMDC não poderão ser reconduzidos após o término do primeiro mandato.
 - (B) Os integrantes do CMDC terão o direito de indicar dois membros titulares e um membro suplente, para a respectiva composição, que atuem no âmbito do Município de São Paulo.
 - (C) Os representantes indicados serão nomeados pelo Prefeito do Município de São Paulo e terão mandato de 3 (três) anos.
 - (D) O CMDC é um órgão consultivo de composição paritária, integrado por representantes dos poderes públicos e de entidades empresariais e de classe.
 - (E) Os membros do CMDC serão remunerados e suas funções são consideradas como serviço público relevante.
37. Leia a seguinte frase.
- Os prestadores de serviços que contribuírem ao “_____ poderão descontar do valor mensal devido a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), incidente sobre os serviços prestados o equivalente ao valor doado ao referido fundo, até o limite de _____ do valor do imposto devido e mensalmente utilizar esse valor como _____ do imposto com vencimento no mês subsequente.”
- Assinale a alternativa que apresenta a sequência de palavras que completa, correta e respectivamente, o texto acima.
- (A) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ... 3% (três por cento) ... desconto
 - (B) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ... 5% (cinco por cento) ... desconto
 - (C) Fundo Municipal de Inclusão Digital ... 3% (três por cento) ... desconto
 - (D) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ... 5% (cinco por cento) ... isenção
 - (E) Fundo Municipal de Inclusão Digital ... 5% (cinco por cento) ... desconto
38. Para cálculo do Impostos Predial e Territorial Urbano no Município de São Paulo, o valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá no caso de:
- (A) terreno encravado, ao do logradouro correspondente ao título de propriedade.
 - (B) terreno interno, ao do logradouro que lhe dá acesso ou, havendo mais de um logradouro de acesso, ao do logradouro a que haja sido atribuído o menor valor.
 - (C) imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao do logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade.
 - (D) imóvel não construído, com duas ou mais esquinas, ao do logradouro de menor valor.
 - (E) imóvel construído em terreno com duas ou mais frentes, ao do logradouro com menor valor.

39. O recurso ordinário, no processo administrativo fiscal,

- (A) é restrito à matéria da divergência e é admissível uma única vez.
- (B) poderá ser interposto pelo sujeito passivo ou pelo Representante Fiscal.
- (C) poderá impugnar, no todo ou em parte, a decisão recorrida, implicará apreciação e julgamento de todas as questões suscitadas no expediente, ainda que a decisão de primeira instância não as tenha julgado por inteiro.
- (D) é cabível da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas.
- (E) deve ser dirigido ao Presidente do Conselho, contendo indicação da decisão paradigmática, bem como demonstração precisa da divergência.

40. Assinale a alternativa correta no que se refere à arrecadação do Impostos Predial e Territorial Urbano, no Município de São Paulo.

- (A) O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, do direito de propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.
- (B) No caso de divisão do imposto em parcelas, o valor mínimo de cada prestação não será inferior a R\$ 100,00 (cem reais), ficando facultado ao contribuinte o pagamento simultâneo de diversas prestações.
- (C) O pagamento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em até 12 (doze) prestações, iguais, mensais e sucessivas.
- (D) Será concedido desconto de até 5,0% (cinco por cento) sobre o imposto que for pago de uma só vez, até o vencimento normal da primeira prestação.
- (E) O tributo lançado em exercício posterior ao do fato gerador terá o seu valor corrigido monetariamente do mês do fato gerador até o mês de vencimento do crédito tributário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. É correto afirmar que o Poder Constituinte Originário é

- (A) abstrato e alienável.
- (B) incompatível com a possibilidade de haver recepção de normas infraconstitucionais anteriores.
- (C) provisório e inalienável.
- (D) limitado pelas normas fundamentais anteriores.
- (E) autônomo e exclusivo.

42. Considere que no âmbito de um determinado Estado foi criada uma nova constituição exclusivamente para beneficiar os detentores do poder, com o fim de eternizar o domínio dos detentores, não servindo como instrumento de limitação de poder.

Nesse caso, pode-se classificar a constituição como

- (A) semântica.
- (B) normativa.
- (C) nominal.
- (D) plástica.
- (E) nominativa.

43. A respeito dos limites do poder de reforma da constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) A emenda constitucional devidamente aprovada em dois turnos de votação por voto de pelo menos 3/5 dos integrantes do Congresso Nacional será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.
- (B) Os limites materiais à reforma da Constituição têm por objetivo assegurar a permanência dos elementos constitucionais essenciais, protegendo a Constituição contra ingerências políticas.
- (C) Quando uma emenda for apresentada na Câmara dos Deputados, deverá ser submetida ao primeiro turno de votação e, se aprovada, remetida ao Senado, onde será novamente submetida à votação e, caso aprovada por maioria de 3/5 dos seus membros, será remetida à Câmara dos Deputados para que seja submetida ao segundo turno de votação.
- (D) Um dos limites procedimentais estabelecidos para a reforma da constituição é o prazo para elaboração das emendas, que não pode passar de uma sessão legislativa.
- (E) Os limites formais subjetivos previstos para a reforma da constituição têm caráter nitidamente exemplificativo.

- 44.** A respeito das cláusulas pétreas, é correto afirmar que
- (A) a Constituição Federal de 1988 previu expressamente quatro cláusulas pétreas, quais sejam, a forma federativa do Estado, o voto secreto, universal e periódico, os direitos individuais e os sociais.
 - (B) a doutrina majoritária não reconhece a existência de limites materiais implícitos à reforma da Constituição.
 - (C) se deve fazer uma interpretação restritiva das garantias de eternidade, admitindo-se a supressão do Estado Federado, uma vez caracterizada a necessidade constitucional.
 - (D) não há uma hierarquia preestabelecida entre os valores essenciais expressamente previstos na Constituição Federal.
 - (E) para a doutrina majoritária admite-se que o poder de reforma altere os limites formais e procedimentais, afastando, assim, a rigidez constitucional.
- 45.** Considere que Thiago, brasileiro, gostaria de realizar pesquisa e lavra de recursos minerais. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) caso Thiago obtenha a autorização para pesquisa, ele poderá transferi-la parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
 - (B) apenas a lavra de recursos minerais depende de prévia autorização ou concessão da União.
 - (C) se demonstrado o atendimento ao interesse nacional, ainda que Thiago fosse estrangeiro, poderia ser-lhe concedida a autorização necessária para a pesquisa.
 - (D) se Thiago obtiver a autorização, ela será sempre por prazo determinado e não poderá ser cedida, ainda que parcialmente, sem prévia autorização do poder concedente.
 - (E) a autorização de pesquisa para Thiago poderá ser feita por prazo indeterminado, desde que limitada a no máximo 30 anos.
- 46.** Considere que uma autoridade administrativa europeia requisitou informação de natureza comercial da Pessoa Jurídica Mais Soja, que tem domicílio no Brasil.
- Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) como foi uma autoridade administrativa que requisitou a informação, ela não deve ser repassada, em face da incompetência do ente requisitante.
 - (B) o atendimento da solicitação deve ser feito em até 15 dias úteis.
 - (C) é vedado o repasse da informação solicitada, uma vez que se enquadra no conceito de sigilo comercial.
 - (D) considerando o princípio da publicidade expressamente consagrado na Constituição Federal, o repasse da informação deve ser imediato, exceto se houver justificativa no interesse nacional.
 - (E) o atendimento da solicitação dependerá de autorização do Poder competente.
- 47.** A respeito da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.
- (A) São isentas de impostos federais e estaduais, incidindo apenas ITBI, as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
 - (B) O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.
 - (C) A alienação, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, dependerá de prévia aprovação do Senado Federal.
 - (D) A função social é efetivamente cumprida quando a propriedade rural atende ao aproveitamento racional e adequado ou à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, de forma alternativa.
 - (E) A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano regional de reforma agrária.
- 48.** Considere que Francisco foi beneficiado com a distribuição de um imóvel pela reforma agrária e recebeu o devido título de domínio. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o título de domínio
- (A) para ser negociado por Francisco ou por um sucessor seu, deverá previamente ter demonstrada a necessidade e o atendimento aos objetivos da reforma agrária.
 - (B) pode ser negociado a qualquer tempo por Francisco.
 - (C) é inegociável pelo prazo de dez anos.
 - (D) para ser transferido ou cedido depende de manifestação expressa da autoridade nacional.
 - (E) pode ser negociado por Francisco depois de passados cinco anos da data em que foi recebido.
- 49.** De acordo com o disposto na Constituição Federal, a competência para convocar plebiscito é
- (A) do Congresso Nacional, e depende da sanção do Presidente da República.
 - (B) da Câmara dos Deputados, e depende da sanção do Presidente da República.
 - (C) do Presidente da República, dependendo da concordância do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) do Congresso Nacional, e não se exige a sanção do Presidente da República.
 - (E) do Senado Federal, e não se exige a sanção do Presidente da República.

50. A respeito Da Organização dos Poderes, assinale a alternativa que está de acordo com o previsto na Constituição Federal.

- (A) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (C) Dois dos requisitos para ser nomeado como Ministro do Tribunal de Contas da União são ter mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada.
- (D) É da competência privativa da Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença do Congresso Nacional.

51. Considere que a associação civil sem fins lucrativos Mais Saúde deseja obter permissão de uso para utilizar um quiosque de propriedade do Município de São Paulo que fica instalado dentro de um parque municipal, com o fim de prestar informações sobre diversas doenças crônicas, além de disponibilizar a aferição gratuita de pressão arterial e medição da glicemia.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) uma vez formalizada a permissão de uso, o Prefeito deverá encaminhar semestralmente à Câmara Municipal relatório contendo a identificação dos bens objeto de permissão de uso, assim como sua destinação e o beneficiário.
- (B) o caso não é hipótese de permissão de uso, mas sim de concessão administrativa, que independe de autorização legislativa, mas exige concorrência pública.
- (C) a permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, independe de licitação e será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.
- (D) pode ser feita a permissão de uso, que será formalizada por portaria, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- (E) para que a permissão de uso possa ser perfectibilizada, é necessária autorização legislativa prévia e assinatura do contrato em até 90 (noventa) dias.

52. Considere que no âmbito do Município de São Paulo foi publicado um edital para contratação de enfermeiros por tempo determinado para a área da saúde, em virtude do surto de coqueluche surgido há um mês. O edital previu que não podem se inscrever para o processo seletivo profissionais que tenham menos de 25 (vinte e cinco) anos e que o contrato com os aprovados será firmado por 18 (dezoito) meses.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) assim como se dá no ingresso por concurso público, o edital da contratação por tempo determinado pode estabelecer qualquer limitação de idade, desde que haja fundamento no interesse público.
- (B) o edital não poderia estabelecer prazo máximo para a contratação, pois esta deve permanecer pelo tempo que perdurar o surto de coqueluche.
- (C) para que a contratação por tempo determinado seja válida, é preciso prévia autorização da Câmara Municipal.
- (D) tanto no ingresso por concurso público quanto nas contratações por tempo determinado para cargos de nível superior, exige-se que o profissional tenha pelo menos 25 (vinte e cinco) anos na data da posse.
- (E) os períodos de duração das contratações por tempo determinado não podem ser superiores a 12 (doze) meses.

53. Considere que Darlan, vereador do Município de São Paulo, obteve licença para tratar de interesses particulares por 90 (noventa) dias, pois recebeu um convite para ser investido na função de Ministro de Estado e deseja pensar com calma sobre o assunto.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) se Darlan desejar, poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.
- (B) caso Darlan aceite o convite e seja investido na função de Ministro de Estado, ele não perderá o mandato, será considerado automaticamente licenciado e deverá optar pelos vencimentos do cargo ou pela remuneração do mandato.
- (C) como Darlan está de licença por mais de 30 (trinta) dias, o Presidente da Câmara Municipal convocará imediatamente o suplente, que tem 5 (cinco) dias para tomar posse.
- (D) como a licença para tratar de interesses particulares tem duração menor do que 120 (cento e vinte) dias, não é preciso que o Presidente da Câmara convoque o suplente.
- (E) o Presidente da Câmara deverá convocar o suplente em 48 (quarenta e oito) horas e, não havendo suplente, deverá comunicar o fato dentro de 5 (cinco) dias ao Tribunal Regional Eleitoral.

- 54.** A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) O único instrumento jurídico apto a combater a omissão inconstitucional é a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - (B) No âmbito do controle de constitucionalidade incidental, a alegação de inconstitucionalidade da lei preclui se a parte não alegar no primeiro momento em que se pronunciar no processo.
 - (C) Atualmente não se admite o controle de constitucionalidade de ofício.
 - (D) O controle de constitucionalidade incidental sempre é de natureza concreta.
 - (E) A verificação da inconstitucionalidade formal não tem a mesma consequência da inconstitucionalidade material.
- 55.** A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), assinale a alternativa correta.
- (A) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional não têm capacidade postulatória para propor ADI.
 - (B) Admite-se a intervenção de terceiros na ADO, na forma disciplinada pelo Código de Processo Civil.
 - (C) São passíveis de controle via ADI as normas constitucionais primárias.
 - (D) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deve demonstrar relação de pertinência temática entre a impugnação que apresenta e seus interesses.
 - (E) O Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa podem propor ADI apenas em face das normas que provenham do seu próprio Estado.

- 56.** O processo de constitucionalização do direito produziu, ao longo das últimas duas décadas, uma profunda re-discussão das bases dogmáticas dos ramos do direito. Isso se deu não apenas em função da inserção de inúmeros temas da vida no corpo da própria Constituição Federal, como também em virtude da reinterpretação dos institutos jurídicos em decorrência da supremacia formal e material da Constituição, que foi construída a partir de um paradigma democrático e que delegou aos direitos fundamentais um papel central na ordem jurídica.

Sobre os impactos desse processo no regime jurídico-administrativo, é correto afirmar que

- (A) a supremacia do interesse público, a despeito de ter a estrutura de princípio jurídico, não pode ser ponderada com outros bens constitucionalmente tutelados.
- (B) o interesse público deve ser identificado com a vontade do gestor público, como uma consequência do princípio democrático.
- (C) a indisponibilidade do interesse público deve ser encarada como uma base do regime jurídico-administrativo e se confunde com a impossibilidade de se promover formas consensuais de resolução de conflitos administrativos.
- (D) as garantias processuais dos indivíduos que litigam com a Administração devem ser relativizadas, quando a medida estiver fundada na supremacia do interesse público.
- (E) para parte da doutrina, o princípio da legalidade deve ser interpretado como a necessidade de o administrador público estar vinculado ao Direito e este não se confunde com a lei em sentido formal.

- 57.** A respeito das empresas estatais, é correto afirmar que

- (A) a remuneração dos empregados públicos vinculados a empresas não dependentes não está sujeita ao teto constitucional.
- (B) as empresas estatais somente podem ser contratadas pelas pessoas jurídicas de direito público a que estejam vinculadas.
- (C) não podem ser criadas empresas estatais que tenham como objeto principal a prestação de serviços em favor da Administração Direta.
- (D) a transferência do controle de empresas subsidiárias e controladas exige prévia anuência do Poder Legislativo e será operacionalizada mediante processo que garanta a competitividade entre eventuais interessados.
- (E) as empresas estatais que prestam serviço público não podem gozar de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.

58. Considere que João é auditor fiscal e recebeu ordem para instaurar uma fiscalização tributária em face Empresa X. O setor de inteligência da Secretaria da Fazenda, após um cruzamento de dados, identificou que havia uma divergência entre a receita de serviços que a empresa indicou nas declarações fiscais prestadas à Receita Federal do Brasil e as apontadas no sistema de notas fiscais eletrônicas. Ao final de um longo processo de fiscalização, o auditor concluiu que, a despeito de a Empresa X não ter fornecido cópia dos contratos subjacentes a cada uma das receitas, pode-se concluir que foram praticados fatos previstos na legislação como sujeitos à incidência do tributo, o que resultou na constituição de crédito tributário e na notificação do Contribuinte para pagar ou apresentar defesa administrativa.

Sem levar em conta o Direito Tributário e tendo por base a teoria do ato administrativo, é correto que

- (A) a motivação presente no ato administrativo deve conter os elementos que permitam que o contribuinte identifique o fato e o seu enquadramento jurídico, para que então possa apresentar a defesa ou efetuar o pagamento do tributo.
- (B) de acordo com parte da doutrina, o auto de infração, por se tratar de um ato que impõe o ônus ao particular, não pode gozar da presunção de veracidade.
- (C) a motivação do ato administrativo deve constar integralmente do auto de infração, não podendo a identificação do motivo ser obtida a partir da leitura coligada do ato com o processo administrativo.
- (D) caso o auto de infração contenha uma multa, esta poderá ser executada diretamente pela Administração, em função da autoexecutoriedade dos atos administrativos.
- (E) a lavratura do auto de infração não poderia ter ocorrido, pois não são admissíveis atos administrativos fundados em presunções.

59. A respeito do poder de polícia, é correto afirmar que

- (A) a atividade de sanção não pode ser delegada a empresa pública.
- (B) não estará presente no exercício da autoridade estatal sobre administrados que possuem vínculos especiais (legal ou negocial) com a Administração Pública.
- (C) de acordo com a teoria do ciclo de polícia, este possui a fase de consentimento, que corresponde à verificação do cumprimento, pelo particular, da norma de polícia.
- (D) o poder de polícia corresponde a uma prerrogativa estatal e a indicação do seu campo de atuação não pressupõe uma ponderação com os direitos fundamentais do administrado.
- (E) a autoexecutoriedade do poder de polícia somente pode ser afastada se houver expressa vedação legal.

60. Considere que, no Município X, há uma lei que isenta de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) os recursos recebidos por organizações sociais em função da execução de contratos de gestão. Para gozar de benefício fiscal, uma entidade apresenta pedido administrativo perante a Secretaria de Fazenda. Para identificar se esta entidade se enquadra como organização social ou se o contrato celebrado é efetivamente um contrato de gestão, o auditor fiscal responsável pela análise do pedido deverá constatar que

- (A) a celebração do contrato de gestão deve ter sido precedida de licitação pública, na modalidade concorrência.
- (B) a entidade, caso qualificada como organização social, pode receber a cessão especial de servidores públicos, desde que sem ônus para a origem.
- (C) a entidade, caso qualificada como organização social, é também declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.
- (D) a entidade deve ter se constituído sob a forma de organização social, não se tratando esse título de qualificação recebida pelo poder público.
- (E) os bens da entidade, se qualificada como organização social, serão considerados como bens públicos.

61. Considere que João é servidor público e Mário, seu colega de trabalho, identificou em expediente administrativo a prática de ato que pode ser enquadrado como improbidade administrativa. Após reportado o fato ao Ministério Público, o promotor responsável pelo inquérito civil propôs ação de responsabilização por improbidade administrativa.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que

- (A) a perda da função pública poderá ser efetivada após decisão condenatória de órgão colegiado, ainda que pendente de recurso aos Tribunais Superiores.
- (B) caso Mário tivesse representado a conduta sabendo que o ato não se enquadrava como improbidade, deveria ser responsabilizado criminalmente, com pena reclusão.
- (C) a sanção por improbidade administrativa não poderá ser aplicada caso o respectivo Tribunal de Contas tenha certificado a regularidade do ato.
- (D) a autoridade judicial poderá determinar o afastamento de João da função, com prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- (E) caso João venha a ser responsabilizado perante o Tribunal de Contas, as sanções eventualmente aplicadas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas na ação de improbidade administrativa.

- 62.** De acordo com a Lei nº 8.429/92, a concessão de benefício fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis a espécie
- (A) somente constituirá improbidade se resultar na redução da alíquota mínima do ISSQN.
 - (B) pode resultar na pena de suspensão dos direitos políticos por até 12 (doze) anos.
 - (C) constitui ato de improbidade administrativa que viola os princípios da Administração Pública.
 - (D) não constitui improbidade administrativa.
 - (E) constitui ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito.
- 63.** A respeito da responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, assinale a alternativa correta.
- (A) O Estado não responde objetivamente por danos causados por lei de efeitos concretos, ainda que causem aos interessados danos desproporcionais.
 - (B) A omissão legislativa em cumprir um dever constitucional de regular determinado assunto importa na responsabilidade civil do Estado por dano coletivo.
 - (C) A irresponsabilidade do Estado por atos legislativos está associada à ideia de soberania do Poder Legislativo, que decorre do regime democrático.
 - (D) A atividade legislativa, em regra, não acarreta responsabilidade civil do Estado, pois a existência do Estado pressupõe o exercício da função legislativa com a criação de direitos e obrigações para os indivíduos.
 - (E) A aprovação de lei inconstitucional importa na responsabilização do Estado em favor dos sujeitos afetados, em razão da ilicitude da norma.
- 64.** A respeito do regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito constitucional de greve dos servidores públicos é autoaplicável.
 - (B) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, quando previstos em lei.
 - (C) As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
 - (D) As parcelas de natureza indenizatória estão sujeitas ao teto constitucional.
 - (E) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo público não acarretará, necessariamente, o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- 65.** Considere que um Município deseja conceder a prestação de um serviço público à iniciativa privada e, na fase de concepção do projeto, surgem dúvidas sobre a sua modelagem jurídica. João foi convocado pelo Secretário da Pasta a que está vinculado para participar de reunião sobre o assunto.
- Com base na Lei nº 8.987/95 e na Lei nº 11.079/04, João poderá informar no encontro, de forma correta, que
- (A) a Administração municipal não pode oferecer garantias aos contratados, pois eventuais danos reconhecidos judicialmente estão sujeitos ao regime constitucional de precatórios.
 - (B) a Administração não poderá realizar a contratação por meio de dispensa de licitação ou por meio do diálogo competitivo, devendo valer-se de licitação na modalidade concorrência.
 - (C) a estruturação do projeto deverá ser precedida de Procedimento de Manifestação de Interesse, hipótese em que a Administração ressarcirá diretamente as empresas que fornecerem os projetos utilizados na licitação.
 - (D) o contrato deverá ser celebrado diretamente entre a Administração e as empresas vencedoras da concorrência, em respeito ao princípio da licitação.
 - (E) na hipótese de a Administração celebrar uma parceria público-privada, poderá oferecer garantia ao parceiro privado, a ser fornecida por empresa estatal criada com essa finalidade.
- 66.** Considere que José é o responsável pelas decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e no exercício de sua atividade causou dano moral à Ludmila, em violação à legislação de proteção de dados pessoais.
- Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é correto afirmar que
- (A) na avaliação da responsabilidade de José, devem ser consideradas circunstâncias relevantes, entre as quais está o resultado e os riscos que razoavelmente se esperam do tratamento de dados.
 - (B) José só não será responsabilizado se comprovar que o dano é decorrente de culpa exclusiva de Ludmila.
 - (C) como José é controlador e não operador, não poderá ser diretamente responsabilizado pelos danos sofridos por Ludmila.
 - (D) se Ludmila ajuizar ação de reparação por danos morais, o juiz deverá inverter o ônus da prova.
 - (E) a responsabilização de José dependerá de Ludmila demonstrar que ele agiu com dolo.

67. A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens de uso especial são classificados como bens patrimoniais disponíveis.
- (B) A noção de domínio eminente confunde-se com a de domínio patrimonial.
- (C) As florestas porventura localizadas nas entidades da administração indireta, são consideradas como bens públicos.
- (D) Podem ser titulares de bens públicos tanto as pessoas jurídicas públicas quanto os órgãos que as compõem.
- (E) Consolidou-se o entendimento de que inexistente legitimidade para ente público intervir, incidentalmente, em ação possessória entre particulares, sendo necessário o ajuizamento de ação autônoma para alegar o domínio.

68. Considere que Mara, servidora pública recém-nomeada, é responsável pelo setor de compras da Secretaria de Educação do Município ABC.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) Mara deve considerar que o princípio do parcelamento é um dos que deve ser expressamente atendido no planejamento de compras, inclusive quando o processo de padronização levar a fornecedor exclusivo.
- (B) ao realizar o planejamento de compras, Mara deverá considerar a expectativa do que será consumido em um semestre.
- (C) é vedado que, na licitação que envolva o fornecimento de bens, haja qualquer indicação de marcas ou modelos, sob pena de prática de crime de improbidade.
- (D) Mara poderá solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor de bens.
- (E) na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, Mara é impedida de considerar a divisão do objeto em lotes.

69. Considere que a Empresa Mais Construção venceu licitação no âmbito da Administração Pública do Município ABC para construir um ginásio de esportes, tendo sido previsto no edital que a empresa vencedora deveria prestar garantia de execução, e esta optou por fiança bancária. Ocorre que, no decorrer da execução do contrato, o ente público exigiu que a contratada substituísse a garantia ofertada.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a substituição da garantia deve decorrer de acordo entre a Administração e a Empresa Mais Construção.
- (B) desde que a substituição da garantia seja motivada, deve a Empresa Mais Construção proceder como exigido, sob pena de extinção contratual.
- (C) a Empresa Mais Construção deve substituir a garantia, uma vez que esta alteração unilateral é uma das cláusulas exorbitantes admitida.
- (D) a Empresa Mais Construção tem 90 (noventa) dias úteis para se adequar ao exigido pela Administração, sob pena de extinção do contrato por culpa dela.
- (E) se a Empresa Mais Construção não fizer a substituição requerida em 30 (trinta) dias, deverá ser notificada e, caso permaneça inerte, a ela será aplicada multa.

70. Considere que a Administração, em orientação geral, entendeu que a operação praticada por empresa prestadora de serviços não está sujeita a incidência do ISSQN. Em momento posterior, um auditor fiscal efetuou o lançamento do imposto sobre serviços por possuir entendimento jurídico diverso sobre o assunto. Em função do valor da autuação, o processo de fiscalização foi remetido a João, que é responsável pelo controle interno da legalidade do ato.

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, João poderá concluir que o auto de infração

- (A) deve ser mantido, em função do princípio da supremacia do interesse público.
- (B) deve ser cancelado, em razão do princípio da segurança jurídica.
- (C) deve ser mantido, dado que as orientações gerais possuem caráter meramente interpretativo.
- (D) somente poderá ser cancelado caso comprovado que o contribuinte buscou orientação específica sobre a sua operação.
- (E) somente poderá ser cancelado se comprovado que a orientação geral foi precedida de consulta pública.

AUDITORIA

71. Trabalho de asseguarção é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.

O resultado da mensuração ou avaliação do objeto é a informação que resulta da aplicação do critério ao objeto. Quando se busca concluir sobre a eficácia de controles internos de uma entidade é necessário

- (A) medir a independência do auditor interno.
- (B) analisar o nível de conhecimentos dos gestores em maior posição hierárquica sobre COSO.
- (C) avaliar a eficácia dos seus processos de controle existentes.
- (D) elaborar e analisar suas demonstrações contábeis.
- (E) mensurar a sua emissão de gases de efeito estufa.

72. Em trabalhos de asseguarção limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho.

Assinale a alternativa que apresenta características dos trabalhos de asseguarção limitada em sua conclusão.

- (A) É baseada em procedimentos e testes amplos (mais extensivos) que reduzem o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias envolvidas.
- (B) É obtida pelo auditor de forma remota, por ser capaz de aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto em nível que seja mais do que irrelevante.
- (C) É expressa de forma que transmita a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- (D) Tem como consequência um relatório de auditoria com opinião modificada, uma vez que a quantidade de testes é inferior ao necessário em uma auditoria por amostragem.
- (E) Deve transmitir se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida.

73. O julgamento profissional é essencial para a condução apropriada do trabalho de asseguarção. Isso porque a interpretação de requerimentos éticos e normas de asseguarção relevantes e as decisões necessárias durante o trabalho não podem ser tomadas sem a aplicação de treinamento, conhecimento e experiência necessária aos fatos e circunstâncias.

Considerando a necessidade de julgamento profissional, quando o auditor planeja e realiza o trabalho de asseguarção para determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos, bem como para avaliar se a informação do objeto está livre de distorções, ele está realizando julgamentos com base

- (A) no ceticismo saudável.
- (B) na suficiência da evidência.
- (C) na relevância da distorção encontrada.
- (D) na materialidade.
- (E) na adequação da evidência.

74. Assinale a alternativa que apresenta corretamente exemplos de deficiência de controles internos.

- (A) Evidência de resposta ineficaz a riscos irrelevantes identificados.
- (B) Falha da administração ao não implementar medidas corretivas apropriadas para as deficiências significativas anteriormente comunicadas.
- (C) Distorção detectada pelos procedimentos do auditor que foi anteriormente prevenida ou detectada e corrigida pelo controle interno da entidade.
- (D) Evidência de processo de avaliação de risco eficaz, tal como falha da administração para identificar risco de distorção relevante que o auditor esperaria que o processo de avaliação de risco tivesse identificado.
- (E) Presença de processo de avaliação de risco na entidade em que a existência desse processo seria normalmente esperada.

75. O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para ele concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada. A distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população é o conceito de

- (A) distorção tolerável.
- (B) estratificação.
- (C) anomalia.
- (D) taxa tolerável de desvio.
- (E) unidade.

76. No caso de a administração se recusar a permitir que o auditor envie solicitações de confirmação para um dos seus fornecedores, o auditor deve

- (A) comunicar o Ministério Público e processar o gestor por administração temerária.
- (B) avaliar as implicações da recusa da administração na avaliação do auditor dos riscos significativos de distorção relevante, incluindo o risco de fraude, e sobre a natureza, época e extensão de outros procedimentos de auditoria.
- (C) aceitar as razões da recusa da administração e não questionar os órgãos de governança da entidade.
- (D) considerar como resposta não recebida e continuar os trabalhos de auditoria por meio de entrevistas com os concorrentes do fornecedor em questão, de modo a obter evidências de um mercado ativo e comparável.
- (E) executar os procedimentos de auditoria definidos mesmo assim e emitir um relatório de abstenção de opinião por causa do risco de fraude.

77. Uma determinada entidade do setor público reconheceu em seu sistema contábil patrimonial uma variação patrimonial diminutiva referente a ajuste a valor recuperável de um ativo imobilizado registrado cujo valor é menor que o limite de materialidade estabelecido no planejamento da auditoria.

Sabe-se que, para subsidiar o registro da perda do valor recuperável, foi elaborada uma nota técnica cujas premissas adotadas, na avaliação do auditor, eram bastante pessimistas.

Diante desse fato, o auditor deverá

- (A) comunicar ao tribunal de contas do ente e ao poder legislativo a existência de inconformidade e atos de corrupção por parte dos gestores públicos.
- (B) considerar as implicações para outros aspectos da auditoria, incluindo a necessidade de questionamento adicional quanto à adequação dos julgamentos da administração na elaboração das estimativas contábeis contidas na nota técnica.
- (C) abster-se de opinar sobre as demonstrações contábeis, uma vez que tendenciosidade da administração por si só constitui distorções para fins de obtenção de conclusões sobre a razoabilidade de estimativas contábeis individuais.
- (D) emitir relatório com opinião sem ressalvas com indicação de fraude, uma vez que os relatórios financeiros fraudulentos são frequentemente resultantes de distorção intencional das estimativas contábeis, o que pode incluir estimativas contábeis intencionalmente apresentadas a menor ou a maior.
- (E) ressaltar as demonstrações contábeis do ente, uma vez que há indícios de fraudes por parte dos administradores.

78. O auditor deve expressar uma opinião com ressalva quando

- (A) tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, ele conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis.
- (B) tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, ele conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
- (C) não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados.
- (D) conclui, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções relevantes.
- (E) em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, ele concluir que, independentemente de ter obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.

79. Sobre a documentação de auditoria, é correto afirmar que

- (A) o auditor deve documentar discussões de assuntos menos significativos com a administração, os responsáveis pela governança e outros, incluindo a natureza dos assuntos significativos discutidos e quando e com quem as discussões ocorreram.
- (B) o auditor deve montar a documentação em arquivo de auditoria e completar o processo administrativo de montagem do arquivo final de auditoria tempestivamente após o encerramento do contrato de auditoria.
- (C) a documentação de auditoria deve ser registrada em papel.
- (D) se o auditor identificou informações referentes a um assunto significativo que são inconsistentes com a sua conclusão final, ele deve documentar como tratou essa inconsistência.
- (E) o auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um não especialista, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda.

80. Tornar o relatório de auditoria mais informativo ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada e fornecer informações adicionais aos usuários previstos das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que segundo o julgamento profissional do auditor foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, é o objetivo

- (A) da opinião de auditoria.
- (B) dos documentos de auditoria.
- (C) dos principais assuntos de auditoria.
- (D) dos parágrafos de ênfase.
- (E) dos planejamentos de auditoria.

